



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVIII – Nº 019 – QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador JOSÉ SARNEY – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB-TO

1º Secretário

Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB-BA

2º Secretário

Senador ALBERTO SILVA – PMDB-PI

3º Secretário

Deputado NILTON CAPIXABA – PTB-RR

4º Secretário

Senador SÉRGIO ZAMBIASI – PTB-RS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 12 DE NOVEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis..... 02603

1.2.1 – Oradores

Senador Geraldo Mesquita Júnior 02603

Deputado Nilson Mourão 02605

Deputada Perpétua Almeida 02607

Deputado Eduardo Valverde..... 02608

Senadora Fátima Cleide 02609

Senador Sibá Machado 02611

Governador Jorge Viana, do Estado do Acre 02614

1.2.2 – Fala associativa da Presidência

(Senador José Sarney)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2003

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Parecer

Nº 104, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 42, de 2003-CN (nº 1.359/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 805, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório da Inspeção realizada pela Secex/TO, nos dias 7 e 8/05/2003, na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, objetivando verificar a execução das obras referentes à Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária/Construção do Aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins

(TC nº 006.886/2003-0), concluindo pelo arquivamento da matéria..... 02630

2.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 27, de 2003-CN, de autoria do Senador Aelton Freitas e outros parlamentares, solicitando a criação de Comissão Mista de Inquérito destinada a investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de “pardais”..... 02631

Nº 28, de 2003-CN, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento, até o dia 30 de junho de 2004, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil..... 02633

2.2.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 14, de 2003-CN, lido em sessão anterior, que solicita a criação de Comissão Mista Especial para estudar e propor medidas quanto à consolidação legislativa, nos termos do disposto nos arts. 13 e 14 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. **Aprovado**..... 02639

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, dia 10 do corrente, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário do Congresso Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2003-CN. À promulgação..... 02639

2.2.5 – Ofício

Nº 1.011/2003, de 11 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação da Deputada Rose de

Freitas para integrar, como suplente, a referida Comissão. 02639

2.2.6 – Discursos do Expediente (Breve Comunicações)

DEPUTADO *RODRIGO MAIA* – Necessidade de revisão da meta de superávit fiscal para viabilizar maior margem de investimentos e a geração de empregos..... 02640

DEPUTADO *PAUDERNEY AVELINO* – Defesa de modificações no texto da Medida Provisória nº 135, para não permitir a cumulatividade e elevação de alíquota do PIS..... 02641

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 17ª Sessão Conjunta (Solene), em 12 de novembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 15 minutos, no Plenário do Senado Federal)

Compõem a Mesa: o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e a sua esquerda o 3º Secretário do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro aberta esta sessão solene, destinada a comemorar o centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que ocupem os seus lugares.

Convido para compor a mesa o Exm^o Sr. Governador do Estado do Acre, Dr. Jorge Viana.

(O Sr. Governador do Estado do Acre, Dr. Jorge Viana, dirige-se à mesa, indo ocupar o lugar que lhe está reservado.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Acre, ensinou Euclides da Cunha, é “a última página a escrever-se do Gênesis”. O Tratado de Petrópolis, a mais memorável de quantas produziu a política externa brasileira. A paz selada com a Bolívia em 1903, não é, por si só, uma epopéia, mas o coroamento dela. Foi traçada a golpes de audácia, estimulada pela ambição dos homens, talhada pela coragem dos nordestinos, impulsionada pela ousadia com que se escreve a história, conquistada pelo atrevimento dos heróis, sustentada pelo talento, a obstinação e a têmpera dos que dela nunca desistiram e dos que nela sempre acreditaram. Mas o Acre, Sr. Presidente, não é só uma epopéia. É também uma odisséia.

A conquista do deserto ocidental, título da segunda edição do livro notável do alagoano Craveiro Costa, não foi, como escreveu Euclides, em relação a seu povoamento, “um caso fortuito”. Em alguns momentos, antes dos conflitos que antecederam sua ocupação pelos brasileiros, caracterizou sim, na feliz

expressão de Leandro Tocantins, autor da mais completa história da formação daquele território, “um assalto a léguas de deserto sem dono”. Com toda razão, e alicerçado na dureza que sempre sustenta a verdade, o boliviano Manuel Aponte, depois da rendição em Porto Acre, escreveu que, de lá “salimos arrojadados por las borrascas de la desgracia”.

As “borrascas de la desgracia” foram as mesmas que ceifaram a vida e a esperança de milhares de brasileiros, heróis anônimos, povoadores da terra que sem resistência ocuparam, que por ela lutaram, que aprenderam a amá-la, que a conservaram e que a preservaram, para que, em seu nome, pudéssemos hoje lamentar sua odisséia e celebrar sua epopéia.

Os desencontros entre as aspirações da Bolívia e do Peru a uma das mais ricas e promissoras regiões amazônicas, banhada por essa rede então desconhecida e hoje ainda estuante de vida que são os vales do Purus, do Juruá, do Javari e do Acre, perdem-se nas brumas do séc. XVIII. As pretensões bolivianas sempre se basearam no Tratado de Santo Idelfonso de 1777, quando os reinos de Portugal e Espanha intentaram estabelecer limites de domínios que desconheciam. A paz selada em Badajoz, em 6 de junho de 1801, por falta de definição adequada de seus fundamentos geográficos, tornara, segundo os brasileiros, juridicamente inexistente e materialmente insubsistente o acordo entre as duas metrópoles. Nenhuma tratativa a mais se entabulou entres as coroas dos dois países. De tal modo, que a independência encontrou o Brasil sem as suas fronteiras demarcadas por um ato diplomático juridicamente válido.

Por tudo isso, Sr. Presidente, a história do Acre é uma epopéia. Mas é também uma odisséia. A epopéia escreveram-na os que o disputaram de armas na mão. Da odisséia foram protagonistas esses mesmos heróis, a maioria deles sem face e sem nome que, pela incúria de alguns governos, e pela inépcia de outros, tornaram-se vítimas dos mais graves delitos que um Estado pode perpetrar contra seus cidadãos: o abandono, o desamparo, a negligência e a indiferença. Ao concordar em negociar um tratado de limites

com a Bolívia em 1867, o Brasil cedeu ao império das circunstâncias e pagou um alto preço pela imprudência. Vivíamos a fase mais adversa da guerra do Paraguai, depois de havermos sofrido a mais grave ameaça à nossa soberania, com a invasão de nosso território, sem a prévia declaração de guerra. Antônio Pereira Pinto, em seus *Apontamentos para o Direito Internacional*, lembra que a esse entrave “acrescia a circunstância de que foi no meio da agitação promovida pelos Estados do Pacífico contra o Brasil, por causa da guerra, (...) que encetou-se a referida negociação”

O gabinete de 3 de agosto de 1866, presidido pelo líder liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos, entendeu necessário neutralizar a participação da Bolívia na pretendida liga do Pacífico, negociando o Tratado de Ayacucho de 27 de março de 1867. Por esse instrumento, em troca do reconhecimento por aquele país do princípio do *uti possidetis*, previsto no art. 2º, terminamos cedendo o território aquém da latitude de 10 graus e 20 minutos, delimitado pela linha reta traçada entre a margem esquerda do rio Madeira e o Javari, que hoje constitui o Acre.

A política externa do Império, impedindo o livre acesso ao Amazonas, implicava por sua vez gritante contradição com a que praticávamos no Prata, onde obtivemos, pela convenção assinada em 1856 com o Paraguai, o livre trânsito dos navios de todas as bandeiras, até Mato Grosso. Essa postura vinha sendo combatida internamente pelo jovem deputado alagoano Tavares Bastos, desde 1862, quando a Câmara rejeitou projeto de sua autoria preconizando a medida não aceita pelo governo desde a colônia. Foi no mesmo ano da publicação de seu livro, *O Vale do Amazonas*, que o Brasil, aplainando o caminho para as negociações com a Bolívia, baixou o decreto 3.749, de 7 de dezembro de 1866, declarando aberta, a partir de 7 de setembro de 1867, aos navios mercantes de todas as nações, a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do rio Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba, e do rio Negro até Manaus, cedendo mais do que lhe era pedido, por atingir cursos d’água exclusivamente nacionais.

Rio Branco, a quem mais tarde incumbiria desfazer os efeitos dessa prejudicial negociação, lembrou que, por esse tratado, “muito diferente do de 1777, o Brasil cedeu a essa República os territórios do Juruá e do Purus, do Acre, ou Aquiri, e os do Iáco ou Hiáco, ao sul da dita linha Javari-Beni”. Ao abrir mão da linha que a diplomacia ibérica “riscara para o ocidente, a começar da média distância entre as confluências do Madeira e Mamoré”, para aceitar a linha

leste-oeste, a Bolívia, trocou a caducidade do Tratado de Santo Idelfonso, tese que o Brasil sempre defendera, por um enorme território ocupado, habitado e tornado produtivo por milhares de brasileiros. Repetindo Paranhos: “em suma, é o que importa saber, o governo brasileiro desde fim de 1867 adotou a opinião que mais favorecia a Bolívia”. Foi, como se vê, a mais patente capitulação da política externa do Império. Mas é preciso lembrar também que, sobre os escombros desse mesmo tratado de Ayacucho, Rio Branco erigiu o maior monumento da diplomacia brasileira.

Valho-me ainda das palavras do nosso maior chanceler, escritas em 1903: “Em 1899, quando pela primeira vez o governo boliviano quis firmar a sua soberania no Acre, a população brasileira, que de boa fé ali se fixara, era tão numerosa como hoje. Começaram então as revoltas desses brasileiros contra a dominação boliviana, e aqui no interior agitações periódicas motivadas pelos acontecimentos do Acre”. Não só as revoltas começaram, Sr. Presidente. Estava tendo início uma nova odisséia.

Em dois dos levantes da Revolução acreana, o governo Campos Sales se restringiu a empregar a força militar contra os brasileiros que por três vezes expulsaram as autoridades bolivianas. Chegou ao extremo não só de permitir a instalação de uma alfândega daquele país em território ocupado e tornado produtivo pelos brasileiros, como também nomeou um cônsul para legitimar a dominação que os brasileiros do Acre nunca aceitaram. Em 6 de agosto de 1903, sob a liderança de Plácido de Castro, então com 29 anos, teve início a última e decisiva etapa da revolução acreana. Batidos em vários combates, e sitiados em seu último bastião, Puerto Acre, os bolivianos terminaram capitulando e retirando-se do novo e proclamado Estado Independente do Acre.

A reação dos vencidos foi comandada pelo próprio presidente da República, o general Pando que, à frente de suas tropas, se dispôs a vingar as derrotas sofridas por um improvisado mas eficiente exército de seringueiros. A posse de Rodrigues Alves em 15 de novembro de 1902, com os combates ainda em curso no Acre, e a investidura de Rio Branco no ministério das Relações Exteriores, já aureolado por duas retumbantes vitórias em Washington e Berna, mudaram o rumo da política externa brasileira e o curso da História. Estava terminando nossa odisséia, para que pudesse ter curso o coroamento de nova epopéia.

Em primeiro lugar, o ministro afastou do contencioso político o consórcio financeiro anglo-americano do “Bolivian Syndicate” com uma indenização de 110

mil libras esterlinas. Em seguida, restabeleceu o livre trânsito comercial da Bolívia com o exterior, através de nossas vias fluviais, medida que interessava não só aos nossos vizinhos, mas também a seus parceiros comerciais, já tendo provocado reclamações da França, da Alemanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Suíça. Simultaneamente, providenciou a ocupação militar da área em conflito, declarando-a zona litigiosa e negociou com êxito um acordo provisório para o estabelecimento de *modus vivendi*, com o qual o governo preservou a integridade dos brasileiros rebelados e a soberania do território por eles conquistado. Em pouco mais de três meses, entre sua posse no ministério em dezembro de 1902 e a assinatura dos termos do *modus vivendi* em março de 1903, fez a paz descer sobre anos de sofrimento, combates e lutas que ameaçavam engolfar o Brasil e a Bolívia num enfrentamento sem volta.

Nas negociações entabuladas a partir de julho, tratou com respeito e dignidade os plenipotenciários bolivianos, tendo em vista os interesses do país que representavam, sem nunca deixar de considerá-los, mas também sem jamais permitir que qualquer deles prevalecesse sobre os do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, a capital do nosso Estado ostenta com orgulho o nome de Rio Branco. É o tributo mais justo que os acreanos poderiam render à sua memória e o Brasil inteiro aplaudiu esse gesto. Cassiano Ricardo, uma das grandes expressões da poesia moderna brasileira, num livro exemplar e pouco divulgado sobre o Tratado cujo centenário estamos celebrando, lembrou que, mais do que qualquer outro estadista brasileiro – são suas as expressões – ele “defendia em primeiro lugar a causa do povo acreano, a causa humana e social dos seringueiros”. E completava:

“O aspecto, talvez, mais original do Tratado de Petrópolis foi esse – o do apreço que deu não só à opinião pública, como também ao caráter popular da insurreição acreana e ao caso da primeira expansão geográfica em que a insurreição popular substituiu a conquista. Tal aspecto humano e social estava acima de discussões bizantinas; o povo acreano, mais do que o território, era o prolongamento da nacionalidade, pelo sangue, e da pátria, pelo espírito”.

Desde os seus primeiros atos, quando determinou a ocupação militar da área declarada em litígio, as instruções oficiais davam ao general encarregado de executá-la o título de governador do Acre setentrional e a Plácido de Castro o de governador do Acre

meridional. Igual autoridade e igual tratamento. O oficial cujo nome a história apenas registra, mas que a memória coletiva não guarda, não cultua nem lembra, excedeu de forma acintosa os limites de sua missão e da autoridade de que estava investido. Despojou de suas insígnias o quartel mestre de Plácido, prendeu seus oficiais, desarmou seus batalhões e confiscou sua frota de embarcações fluviais. A amarga reação do jovem caudilho está expressa em sua última ordem do dia, em que determinou o licenciamento de seus soldados e oficiais, rematando-a com crueza: “Como vedes, fiéis soldados, aquilo que o inimigo não conseguiu fazer pelas armas, o general brasileiro alcançou pela traição”.

Quarenta e oito horas depois de tomar conhecimento desses fatos, Rio Branco obteve do presidente Rodrigues Alves a ordem de demitir o general de seu comando e dar-lhe como substituto o coronel Cunha Matos. Dele, Plácido recebeu o decreto nº 1, reintegrando-o no cargo de governador do Acre Meridional, e concedendo indenização aos integrantes de seu Exército. Estava reparada a injustiça. E cruzavam-se desta forma edificante, os destinos de dois dos brasileiros aos quais o Acre e os acreanos devem a sua integração à pátria que livremente escolheram, e pela qual lutaram e tantos morreram.

Em 20 de fevereiro de 1904, uma grande manifestação popular foi tributada a Rio Branco, em desagravo à insidiosa campanha de que foi vítima, após a assinatura do Tratado e antes de sua aprovação pelas duas Casas do Congresso. Na prosa eloquente do poeta Olavo Bilac, apropriada talvez para a ocasião, o orador seguramente falou em nome de todo o país:

“(...) abençoado seja o teu nome, Paranhos do Rio Branco, pelo bem que fizeste à tua terra e à tua gente, pelo teu amor da paz e pela glória que a inteligência brasileira conquistou, concentrada na tua inteligência”.

As bênçãos que os acreanos de hoje lhe votam, tomando a iniciativa desta homenagem, é o reconhecimento de sua grandeza e da dimensão histórica e memorável de sua edificante vida dedicada à pátria que tanto lhe deve e a que ele serviu como um dos maiores de seus filhos. Bem haja, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, filho dileto deste país.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Mourão.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente José Sarney,

Governador Jorge Viana, Senador Heráclito Fortes, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, convidados aqui presentes, amigos e amigas do Acre, estamos todos aqui para esta merecida homenagem ao nosso Estado, que há 100 anos incorporava-se oficialmente ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis.

Para comemorar esta importante data, não posso deixar de lembrar a participação popular nas lutas que levaram à assinatura do Tratado, sobretudo para ressaltar a coragem e a determinação dos brasileiros, que, no final do século XIX e início do século XX, decidiram tomar seus destinos nas mãos e lutar para que aquela região fizesse parte do Brasil.

Nosso País descobriu o Acre por volta de 1860, quando começaram a ser realizadas expedições exploratórias que davam a conhecer todo o imenso potencial econômico que essa região apresentava, especialmente para a extração da borracha. O advento da Revolução Industrial e a grande demanda da borracha, aliada à grande seca ocorrida no sertão nordestino em 1877/1878, levou milhares de brasileiros à região, especialmente cearenses, à procura do ouro negro (a borracha defumada). Pelo Tratado de Ayacucho, assinado em 1867, toda aquela região passou a pertencer à Bolívia, com a anuência do Governo Federal, apesar do grande número de brasileiros que haviam avançado sobre rios e igarapés para a exploração da borracha. Foram os brasileiros que enfrentaram os desafios da floresta, as doenças que conhecemos hoje e a resistência dos índios, únicos proprietários cuja posse era legitimada pela presença milenar na Amazônia. Já a população da Bolívia, mais concentrada no altiplano, na verdade, nunca ocupou a região.

Mesmo assim, a jovem república brasileira não demonstrava interesse na defesa daquele patrimônio e de seu povo que lá vivia. Tanto é assim que, em 1895, durante o governo do Presidente Prudente de Moraes (1894 – 1898), foi nomeada uma Comissão Demarcatória encarregada de definir os limites entre Brasil e Bolívia, respeitando rigorosamente o que havia sido estabelecido no Tratado de Ayacucho. O Coronel Thaumaturgo de Azevedo, chefe da delegação brasileira, ao constatar a latitude da nascente do Javari, ponto inicial da linha divisória entre os dois países, percebeu que ficaria com a Bolívia uma grande região rica em látex, quase totalmente ocupada por brasileiros. Imediatamente alertou o governo federal do prejuízo daí decorrente, já que o Brasil perderia o alto rio Acre, quase todo o laco e o Alto Purus. Infelizmente, seus argumentos não encontraram ressonância no governo.

À Bolívia não restava outra alternativa, diante do desinteresse da diplomacia brasileira, que enviar destacamentos militares e ocupar oficialmente o Acre, mesmo que seu povo não tivesse demonstrado a mesma

vontade. Tanto é assim que o governo boliviano enviou para o Alto Acre uma expedição militar composta por apenas 30 praças, comandada pelo Major Benigno Gamarra, para se fazer presente em toda a imensidão do território. Se as autoridades brasileiras haviam dado a questão por encerrada, os brasileiros que tinham adotado a região como pátria não se resignaram diante dos fatos. Nessa fase de nossa história se inicia um longo período de resistência que marcaria a história do povo acreano nesses 100 anos.

Depois de o Coronel Manuel Felício Maciel liderar a população na expulsão da expedição militar boliviana da vila de Xapuri, em 30 de novembro de 1898, foi a vez do jornalista José Carvalho, em 1º de maio de 1899, liderar o enfrentamento às leis deixadas pelo boliviano Dom José Paravicini, que havia fundado Puerto Alonso em terras do Seringal Caquetá. Os brasileiros, mesmo contra a vontade do Governo, resistiram ao domínio boliviano dispostos a defender o Acre com a própria vida.

Foi necessário que o polêmico Luis Galvez, juntamente com os seringalistas da resistência, fundasse o Estado Independente do Acre em 14 de julho de 1899, para que a questão acreana entrasse na pauta política brasileira. Mesmo assim, o papel do governo brasileiro foi o de destituir Galvez para devolver o Acre aos bolivianos em 15 de março de 1900.

O escandaloso contrato de arrendamento do Acre, formalizado pelo Bolivian Syndicate em 11 de julho de 1901, deu início à Revolução Acreana, liderada por Plácido de Castro, em 6 de agosto de 1902, em Xapuri, com final vitorioso em 24 de janeiro de 1903, quando da tomada de Puerto Alonso, transformada então em Porto Acre. O Tratado de Petrópolis, assinado há 100 anos, entre Brasil e Bolívia, resolveu o litígio de forma definitiva.

Porém, é importante ressaltar que os problemas do Acre na relação com o Governo Federal não terminavam aí. A história de luta e resistência do povo acreano continuaria nestes 100 anos. Para conquistarmos a atenção merecida e o reconhecimento de nossa cidadania de brasileiros, outras revoluções haviam de ser feitas. Uma delas foi a organização dos movimentos sociais e a resistência popular à exploração predatória de nossas riquezas nos anos 70, com o surgimento de lideranças populares como Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Ivair Higino, Matias, Bacurau, Hélio Pimenta, Zé Gilberto, João Eduardo, lideranças indígenas das mais diferentes etnias e tantos heróis anônimos, cuja luta, resistência e amor ao Acre são de uma abnegação admirável.

A presença de uma Igreja progressista, liderada inicialmente por Dom Giocondo Grotti, depois, por longos anos, por Dom Moacir Grecchi, tendo por base a Teologia da Libertação, com sua prática de inser-

ção na realidade do povo, deu uma contribuição inestimável na mudança de estruturas sociais injustas.

Apesar do elevado número de pessoas e lideranças vitimadas nessa luta, nossa tradição de resistência nos levou, em 1998, à eleição do Governador Jorge Viana, que vem conduzindo o Acre para o caminho do desenvolvimento sustentável, da justiça e promoção da cidadania. Além disso, lideranças vêm se destacando no cenário nacional e internacional, conquistando admiração e respeito de todos. É uma nova geração de dirigentes que traz o Acre no coração, herdeira da mesma disposição dos heróis do passado, porque, como diz o poeta Francisco Mangabeira, “se audaz estrangeiro algum dia, nossos brios de novo ofender, lutaremos com a mesma energia, sem recuar, sem cair, sem tremer...” (trecho do hino acreano).

Viva o Acre! Viva o extraordinário povo acreano!
Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.
(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Nilson Mourão, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à nobre Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PC do B – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr. Governador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Congressistas, convidados aqui presente, povo do Acre, neste momento a **Rádio Difusora** acreana – a voz dos povos da floresta – ecoa pelos rios e matas mais distantes do nosso Acre.

Neste exato momento, os ribeirinhos, os seringueiros, os trabalhadores rurais, os comerciantes, os taxistas, os funcionários públicos, enfim, os homens e mulheres do Acre, que esperaram cem anos por este momento, pela Difusora, acompanham o Congresso Nacional abrir suas portas para homenagear o Barão do Rio Branco – para homenagear o Tratado de Petrópolis. Até porque, Sr. Presidente, os próximos cem anos, o bicentenário será contado por uma nova geração. Mas será sempre reverenciada a face guerreira do povo acreano.

Somos filhos herdeiros de uma revolução permanente e o propósito e espírito dos homens e mulheres que ergueram barricadas e fuzis na defesa de suas conquistas ainda toca o nosso íntimo.

A história é conhecida por todos. Foi a necessidade de expansão do mundo da borracha que levou João Gabriel de Carvalho Melo, em 1877, a ancorar nas margens do rio Aquiri. Era o início da tomada de posse das chamadas **tierras non descubiertas**; aquela era a arrancada para a luta, de vida e morte, entre brasileiros e bolivianos. Depois do heroísmo de

Galvez, Plácido de Castro e tantos outros, selamos a paz em 17 de novembro de 1903. Era assinado o Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia, que hoje aqui reverenciamos.

E nós, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, alicerçamos nossa história nessas bases de orgulho.

Desejamos um território e o desbravamos com o suor de nossos corpos, com a fome de nossas vidas, com a perseverança de nossos sentimentos, com a fortaleza de nossos braços, com o sacrifício de nossas renúncias.

Fizemos desse território o mais caro de nossos sonhos.

O sentimento de pátria sempre foi o combustível de nossa luta. Em um dos momentos mais duros dessa batalha tivemos até oportunidade de seguir sozinhos, de nos tornar mais um país latino-americano. Mas essa não era a solução que nos encantava. Queríamos fazer parte do Brasil e esse era o verdadeiro sentido de nossa guerra.

Estávamos unidos, crianças, homens e mulheres. Essas últimas, Sr. Presidente, as mulheres, estavam, sem seus pais, sem seus maridos e sem seus filhos, substituindo os homens no trabalho nas colocações de seringa. Não deixaram a produção parar. Elas passaram a produzir mais borracha, pois, agora, além do trabalho normal no corte de seringa, tinham que realizar o trabalho dos homens que entravam na guerra. Elas, as mulheres, produziram grande parte da alimentação consumida pelos soldados acreanos.

Vencemos todas as resistências porque estávamos unidos.

Quando da nossa primeira crise, com a explosão do cultivo da borracha na Malásia, não nos acoardamos. Continuamos a extrair da floresta o sustento necessário ao nosso dia-a-dia.

O fim da Segunda Guerra foi o início de mais uma crise da borracha. Na mata resistimos. Ali ficamos em paz, até que a ave de rapina da motosserra, alimentada pela incúria do Governo militar e pela ambição de um capitalismo maligno, feriu de morte a seringueira. Outra vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, resistimos.

A Ministra Marina Silva foi uma das que deram os braços a Chico Mendes e iniciaram o embate da derrubada. Não queríamos trocar o deserto fértil da floresta pelo deserto árido do pasto. Foi luta de vida e morte a da consciência contra o descaso. Foi luta de vida e morte a da floresta contra o pasto. Foi luta de quem não queria, simplesmente, trocar mata por pata de boi.

Perdemos alguns amigos, como Wilson Pinheiro, Chico Mendes, mas não nos amedrontamos. Nunca disparamos espingardas e covardias. Devolvemos em coragem e dignidade as balas assassinas que

nos atiraram. Vencemos, pois somos um povo que aprendeu na luta a grandeza de resistir em paz e com os mais rigorosos preceitos de justiça e cidadania.

Somos hoje uma sociedade livre. Consolidamos a mais perfeita união entre preservação ambiental e necessidade de sobrevivência. E o Governo Jorge Viana, que denominamos de governo da floresta, pode ser traduzido como uma síntese dessa história. Nós a escrevemos com as cores do sangue, mas seu desenho traz a tonalidade do amarelo-ouro, do verde-mata e do brilho escarlate da estrela que Galvez plantou em nossa bandeira.

O Acre se orgulha de sua história, pois ela foi construída com a força do povo, com a persistência e o caráter dos movimentos populares. Derrubamos os mais sórdidos desejos de uma ditadura, acalmamos a fúria dos cupins humanos, fizemos brilhar o nosso exemplo de paz e prosperidade. Por tudo isso, temos muito o que comemorar hoje. Por tudo isso, celebramos hoje daqui a vontade e o orgulho do povo acreano, ao celebrarmos o centenário do Tratado de Petrópolis e ao recitarmos o nosso hino, um hino de nação: “...o Brasil a exultar acompanha nossos passos, portanto é subir, que da glória a divina montanha, tem no cimo o arrebol do porvir (...) possuímos um bem conquistado nobremente de armas na mão. Se afrontarem de cada soldado, surgirá de repente um leão”.

Nosso hino, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, assim se encerra: “... mas se audaz estrangeiro algum dia, nossos brios de novo ofender, lutaremos com a mesma energia, sem recuar, sem cair, sem tremer. E ergueremos então destas zonas, um tal canto vibrante e viril, que será como a voz do Amazonas, ecoando por todo Brasil.”

Viva o nosso povo! Viva a Revolução Acreana!

Vou deixar a bandeira do Acre aqui para os próximos oradores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde e, em seguida, à nobre Senadora Fátima Cleide.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com muito orgulho, embora seja rondoniense, encontro aqui a bandeira do Estado do Acre, bandeira de um povo lutador, de um povo de garra, com cuja luta foi possível ampliar o território brasileiro.

O Tratado de Petrópolis, cujo centenário se comemora hoje nesta sessão solene, é sintomático, porque deu ao povo brasileiro, graças ao árduo trabalho do Barão do Rio Branco, por intermédio da diplomacia vitoriosa e do diálogo, que suplantaram o conflito que existia na região do bravo povo heróico acreano para manter o seu espaço geográfico, a satisfa-

ção de manter a posse daquela importante área para o território brasileiro. Conseguiu o Barão, mediante um árduo trabalho diplomático, fazer a anexação daquele território ao território brasileiro.

O que tem esse Tratado que pudesse motivar, ser referência para o povo rondoniense e para o Estado de Rondônia? Fruto desse Tratado foi, de maneira complementar, o Estado brasileiro se comprometer a construir uma ferrovia, uma obra famosa batizada com o nome de Ferrovia do Diabo. A sua construção começou em 1899. No entanto, as dificuldades daquela inhóspita região amazônica fizeram com que fosse interrompida, tendo sido retomada em 1908 essa obra de engenharia incomum naquela época.

Começou com uma empresa inglesa, passou para uma empresa americana, que projetou, naquele início do século XX, uma cidade. Porto Velho foi a primeira cidade planejada da região amazônica, já no início do século, com arruamento, abastecimento de água, esgoto, hospital, rede de saúde. Para a realização dessa obra, foi necessário o concurso de 25 etnias diferentes, uma epopéia que marcou o início do século XX, porque foi uma obra pujante de engenharia. Todo o aparato tecnológico existente na época foi insuficiente para dar cabo a essa empreitada. Foi com o sangue e com a vida de milhares de trabalhadores, tanto brasileiros como estrangeiros, que a ferrovia foi construída, e não só com dormentes, não só com ferros. Ela foi construída com vida.

O trabalho foi interrompido algumas vezes, mas com a garra do povo rondoniense, dos barbadianos, dos egípcios, dos povos oriundos do Caribe, foi possível finalizá-lo.

Essa ferrovia, que durante quase um século transportou a borracha, foi construída para transpor a corredeira do rio Madeira, para transportar lá dos seringais do Acre e de Rondônia as pelotas de borracha e, de lá, embarcar em navios e ir até os Estados Unidos ou a Europa.

Enquanto vigorou o ciclo da borracha, a cada dia o trenzinho apitava, marcando a consciência, marcando a firmeza de um povo que acorria àquela região não só para trabalhar na estrada de ferro, como para povoar o Estado de Rondônia.

O povo de Rondônia muito deve à Ferrovia Madeira/Mamoré, que cumpriu um ciclo, o ciclo da borracha, de maneira heróica, fulgurante, porque construiu a garra de um povo, marcou a consolidação e a conquista do oeste brasileiro. Com ela foram consolidados outros núcleos urbanos, foi efetivado o Tratado de Petrópolis, formalizado aquele acordo que garantiu a paz naquele território e, principalmente, motivou a atividade econômica. Naquela época, o ciclo da borracha trouxe riqueza, pesos, mercadoria, trouxe produto a essa região.

Sr. Presidente, embora hoje tenhamos consolidado o território brasileiro, marcado na nossa História os nomes de Wilson Vieira, Chico Mendes, Barão do Rio Branco, Plácido de Castro, Galvez, marcas que a efervescente história do povo brasileiro registrou, alguma coisa está faltando para complementá-la. A ferrovia foi desativada na década de 60. Somente um pequeno percurso foi ativado e funcionou até meados da década de 80. Hoje, ela está parada. São 364 quilômetros de dormentes e ferros, esticados por todo o oeste do Estado de Rondônia, um patrimônio econômico e histórico, uma obra de engenharia incomum, completamente abandonada. O seu último apito foi ouvido há quase 10 anos. Grande parte da sua locomotiva foi sucateada e jogada no rio Madeira, sob o efeito feroz de uma ditadura que não queria que a ferrovia funcionasse, propiciando a continuidade de uma história.

Hoje, ela está em agonia e precisa do apoio do povo brasileiro para voltar a funcionar, para voltar a anunciar a história do povo acreano, do povo rondoniense, que precisa reaver sua ferrovia, não pelo valor econômico, pelo patrimônio físico, mas pelo patrimônio histórico e cultural, que marcou uma época, comportamentos e valores de toda uma região e de todo um povo.

Não estamos sós nessa luta. Os descendentes, os ex-ferroviários – hoje, são apenas 94 ex-empregados dessa ferrovia – estão lutando para colocar em funcionamento um pequeno trecho, não só para fins turísticos, mas também para marcar a identidade do povo rondoniense.

É necessário registrar a garra de um cidadão rondoniense que está aqui presente, e é uma das poucas vozes no Estado que tem levantado a bandeira da ferrovia Madeira/Mamoré: o arquiteto Luiz Leite, grande herói na resistência para manter viva a Ferrovia do Diabo.

É preciso que o Congresso Nacional e o Estado brasileiro não permitam que parte dessa história se perca nas corredeiras do rio Madeira ou no decorrer do tempo. Por mais duro que seja o ferro, por mais duro que seja o bronze, o tempo há de corroê-los. Mas não corroerá a nossa resistência, a nossa disposição de resgatar aquele patrimônio que está vivo na nossa alma.

Eu gostaria de ter ofertado ao Congresso Nacional, mas infelizmente não chegou a tempo, uma réplica da máquina 12, a primeira a percorrer os trilhos daquela ferrovia, para que os Srs. Congressistas não percam essa referência e conheçam o povo e a história do Norte e do Noroeste do Brasil, que tem que ser resgatada e preservada.

Com estas palavras, Sr. Presidente, comemoro não só a luta do povo acreano pelo seu território, como também o Tratado que deu ao povo rondoniense sua ferrovia, razão da existência do Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a nobre Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Governador Jorge Viana, a quem cumprimento com muito carinho, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar, agradeço ao meu nobre companheiro Sibá Machado, que me cedeu este espaço. Acato a sugestão da Deputada Perpétua Almeida de ficar com a bandeira do Acre na tribuna.

De certa forma, repetirei muito do que já foi dito pelo Deputado Eduardo Valverde, mas é necessário repeti-la várias vezes, porque essa história, sem a estrada de ferro Madeira/Mamoré, fica realmente incompleta.

Sr. Presidente, a história que cerca o Tratado de Petrópolis, a comemorar centenário no próximo dia 17 de novembro, é, sem dúvida, como já disse o Deputado Eduardo Valverde, uma das mais belas páginas da diplomacia brasileira e guarda a lealdade que o Brasil sempre cultivou nas relações com outras nações mundo afora.

Historiadores, pesquisadores da mais alta qualificação, têm retratado, na solução do conflito entre brasileiros e bolivianos, a exemplar atuação do então Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Pelo Tratado, fechado com a decisiva condução do ilustre brasileiro, selava-se a transferência do Acre, então possessão boliviana, para o Brasil. Resalve-se que, embora a Bolívia tivesse a garantia de posse da região desde 1750, não ocupava efetivamente aquela porção de seu território.

O Tratado foi o ápice de uma disputa que se prolongava com brasileiros que, atraídos pelo valor da borracha, migraram maciçamente para explorar os ricos seringais concentrados no Acre.

Embora eu tenha nascido em Rondônia, a minha família veio da região Nordeste – metade foi para o Acre e a outra metade ficou em Rondônia. Talvez essa seja a explicação de termos tanta identidade com o Acre – metade dos nossos parentes foi e a outra ficou no meio do caminho.

O confronto de motivação econômica gerou um conflito de ordem externa que, no século XIX, moveu a opinião pública nacional, preocupada com a

sorte de brasileiros distantes, que, sob comando de Plácido de Castro, travaram os últimos embates pela posse da região.

Conta-nos a história, Sr^{as} e Srs Senadores, que, para a decisão do governo brasileiro de estabelecer uma transação com a Bolívia, dando valor à diplomacia e não às armas, ao canhão, enfim, à guerra, pesou o fator humano.

Disse, à época o Barão do Rio Branco: “Se desejamos adquirir o Acre (note-se a escolha do verbo: adquire-se quando não se possui) mediante compensação, é unicamente por ser brasileira sua população”.

Solução pragmática e realista, inscrevendo o então chanceler na galeria de brasileiros que honraram a Pátria, delegando a seus filhos altivez e coragem. Sim, porque além do impasse doméstico, por detrás do conflito escondiam-se adversários outros, perigosos, como os Estados Unidos da América, que haviam arrendado do governo boliviano o rico território em disputa.

Mas um outro capítulo da história, Sr^{as} e Srs. Senadores, escreveu-se a partir de um dos termos do Tratado de Petrópolis, sacramentado no art. VII – a obrigação do governo brasileiro de construir a estrada de ferro Madeira/Mamoré. A obra interessava à Bolívia, que necessitava fazer chegar ao Atlântico suas mercadorias.

Diz o artigo:

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (Estado do Mato Grosso), chegue a Vila Bela (na Bolívia), na confluência do rio Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de 4 anos, usarão ambos os países, com direito às mesmas franquias e tarifas.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, este é um capítulo que retrata a surpreendente capacidade do homem de vencer desafios incalculáveis, inimagináveis. Mas é também um capítulo que igualmente retrata a miséria humana, a miséria humana que se revela no des-caso, na ignorância e na completa e absurda desvalorização da memória nacional, diria mais, desvalorização da memória da humanidade.

Sim, porque a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, epopéia notabilizada mundialmente, mobilizou 52 diferentes nacionalidades, um calde-

rão de culturas que nenhuma outra obra dita moderna na época mobilizou durante longos e penosos anos – muito mais que os quatro anos previstos no tratado cujo centenário ora lembramos.

Iniciada em 1907 e concluída em 1912, a estrada de ferro Madeira-Mamoré infelizmente é hoje um conjunto fantasmagórico que se espalha ao longo de 366 quilômetros. É lamentável!

A miséria humana que se instalou tão logo o último apito da última locomotiva foi dado, no final da década de 60, destrói acervo valioso que passa pelos galpões, rotunda, oficinas, museus, trilhos, dormentes, vagões, pontes, prédio da antiga administração, objetos diversos, móveis, casas dos valorosos ferroviários.

Ao longo de mais de trinta anos, Sr. Presidente, nenhuma solução, nenhuma política pública de cunho preservacionista, de relevo histórico-cultural, foi dada pelos sucessivos governantes, sejam eles dos governos central ou de Rondônia.

A ação do tempo, que corrói estruturas metálicas, como bem disse o nobre companheiro Eduardo Valverde, não é mais implacável que a ação humana. O patrimônio da estrada de ferro Madeira-Mamoré vem sendo então dilapidado, roubado, destruído, tudo diante de autoridades inertes que pouco ou nenhum valor têm dado à saga histórica que venceu 20 corredeiras do Madeira, malárias e tantas outras enfermidades próprias da região para erguer a ferrovia destinada ao transporte da borracha e que foi, por muito tempo, o único meio de transporte entre Porto Velho, Capital de Rondônia, e Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia.

Desativada por completo tão logo chegou até nós a BR-364, houve quem, no governo militar de exceção, propusesse a venda de todo o material como sucata, idéia despropositada, impedida pela sociedade porto-velhense, que sempre se mobilizou em momentos cruciais a favor da recuperação de valioso patrimônio, marco da origem de Porto Velho e da colonização de Rondônia.

Um dos esteios dessa permanente, mas tímida, mobilização é a Associação dos Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, fundada nos anos de 1970. Nos raros momentos em que houve vento favorável para novo apito da velha maria-fumaça, aposentada no pátio da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a Associação esteve por trás da reativação, destinada a passeios turísticos, num trecho de 25 quilômetros.

Dramaticamente, a Associação vem lutando para evitar os roubos, o vandalismo, sem contar, infelizmente, com a parceria pronta e sensível dos organismos responsáveis pela cultura no Estado.

Tenazmente a associação está lutando para o tombamento histórico de todo o patrimônio da estrada de ferro Madeira-Mamoré, imortalizada na obra do jornalista Manoel Ferreira como a Ferrovia do Diabo, onde se relata que, para cada um dormente, uma vida foi perdida durante sua construção.

Ao longo de mais de 30 anos, no jogo de empurra-empurra que bem sabem patrocinar agentes públicos descompromissados com a cultura e com a história de um povo, a reivindicação pelo tombamento persiste, e soluções frágeis foram apresentadas.

Incansável na condução da Associação dos Amigos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que aliás encontra ramificações nos Estados Unidos, Londres e Austrália, o arquiteto Luís Leite, que se encontra presente nesta sessão, encontra na Bancada do Partido dos Trabalhadores apoio para projeto de revitalização e restauração do acervo e para o histórico tombamento pelo Governo Federal.

Técnicos do Iphan, no Governo Lula, estão sensibilizados e dispostos a levar adiante a reivindicação do tombamento. Mas sabemos o quanto a burocracia pode inibir iniciativas ousadas, pode permitir que o tempo se encarregue de semear o desânimo, a derrota – e não podemos sair derrotados desse processo.

Por isso, senhoras e senhores, no momento em que esta Casa lembra o Tratado de Petrópolis, sabedora de seu compromisso com a cultura do País, apelo aos colegas Parlamentares de todo o Congresso Nacional para que se juntem a nós e intercedam para que possamos manter de pé um patrimônio que é da humanidade, que é do povo rondoniense, que é do povo acreano e que é do povo brasileiro.

Durante os seis anos de construção da ferrovia, cerca de 22.000 homens dos mais diversos países e regiões do mundo acreditaram nesse sonho e entregaram suas energias e suas vidas até para contribuir na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Chineses, norte-americanos, belgas, húngaros, ingleses, russos, árabes, barbadianos, indianos e muitos outros povos se encontraram num projeto de inigualável magnitude, erguido nas condições geográficas as mais desfavoráveis, em plena selva.

Em homenagem à memória de todos que trabalharam em tão espetacular obra e aos antigos e ainda sobreviventes ferroviários que se debatem na defesa da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em homenagem às gerações que tristemente correm o risco de não saber da existência de patrimônio tão rico, novamente apelo a todos para promovermos a defesa do tombamento da Madeira-Mamoré.

Quero também mandar um abraço a todo o povo acreano pela sua histórica luta, também centenária neste momento, a Revolução Acreana. Um grande abraço.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte o discurso.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Exm^o Sr. Governador do Estado do Acre, Jorge Viana; demais Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas; colega sindicalista Osmarino Amâncio; Reitor Jonas, da Universidade Federal do Acre; demais pessoas presentes, o Senador Tião Viana, que deveria estar neste momento na tribuna, encontra-se na CCJ, participando dos debates da reforma da previdência. Assim sendo, fez-me a concessão de tentar representá-lo.

Também conversei por telefone com a Ministra Marina Silva, que mandou esta pequena carta sobre a impossibilidade de sua presença:

Neste momento, reafirmo o que sempre digo a respeito do Acre que queremos construir: nossa experiência, embora embrionária, revela uma nova compreensão do progresso, baseada não apenas no crescimento material, mas na evolução de uma ética da solidariedade, no antigo sonho de que todos possam viver com dignidade.

Revela também uma possibilidade de recriar a identidade do Brasil por meio do respeito pela diversidade, pelas várias maneiras de ser brasileiro e ser gente. Mais ainda: aponta para uma nova idéia de humanidade, porque contém a possibilidade de um outro tipo de convivência com a natureza, base para uma nova civilização. Penso que essa é a contribuição do Acre e da Amazônia para o nosso país.

Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente.

Pedi a ajuda de alguns geógrafos do Acre para escrever um texto, que acredito ser bastante sugestivo, porque trata dos anônimos mais atuais. Diante da riqueza de apresentação dos demais pronunciamentos, veio a calhar o texto que passo a ler:

Cem anos nos separam do Tratado de Petrópolis. Esses mesmos cem anos nos unem a ele.

O primeiro nome que nos vem à mente é do Barão do Rio Branco, eternizado, toponimicamente, pela capital do Acre. Na curva da Gameleira, lugar de tantas sociabilidades e vivências, ontem e hoje Rio Branco, a capital acreana, deita-se pelas margens do rio Acre, palco de intensas batalhas e conflitos que gestaram o Estado do Acre.

O Acre, primeiro Território, depois Estado, foi – e é – uma produção material e simbólica.

Brasileiras e brasileiros – em maior número os últimos – irrompiam o território da borracha ao mesmo tempo em que os limites com a Bolívia e o Peru iam se desfazendo, como os rios e os igarapés a cortarem a floresta, só que em sentido contrário. A formação dos seringais não obedeceu aos limites internacionais; obedeceu, sim, aos imperativos e interesses dos coronéis, dos donos de casas aviadoras e dos grandes comerciantes da borracha, nacionais e internacionais.

Todos, intimamente ligados ao desenvolvimento econômico europeu e norte-americano, que, na segunda metade do século XIX, fazia emergir a segunda Revolução Industrial. A borracha do látex das seringueiras era uma matéria-prima basilar para a indústria automobilística que nascia.

O “ouro branco” do látex, ainda nas colocações das seringueiras e seringueiros, metamorfoseava-se em “ouro negro”, pelo processo de defumação. As pélas eram trocadas por produtos de necessidade básica, e as contas, registradas nos barracões. O saldo, geralmente negativo, era a forma para fazer com que a atividade gomífera não cessasse. O sistema de aviamento foi a regra, antes e depois do Tratado de Petrópolis.

O território acreano foi sendo construído, tanto pelo ímpeto do lucro dos donos dos seringais, das casas aviadoras e dos comerciantes da borracha, como também e principalmente pelas gentes que foram fazendo da floresta o seu lugar.

Em cada colocação, a vida se fazia e se refazia. Muitas e muitos nordestinos, expulsos pela seca e pelas relações de trabalho e produção servis e semi-escravas do Nordeste brasileiro, transitaram pelas águas salgadas do Atlântico e pelas águas doces dos rios Amazonas, Solimões, Acre, Purus, Juruá, Iaco, Envira, Tarauacá, Moa, Muru, Abunã e muitos outros, sem falar na infinidade de igarapés, que fazem de cada um deles enormes veios nos quais o trabalho de mulheres e homens, por mais de cem anos, foi sendo carregado.

O trabalho foi permeado pela saudade e pelas lembranças do Nordeste. As nordestinas e nordesti-

nos foram os que primeiro fecundaram e deram vida à transição entre o sertão e o agreste nordestinos e a floresta da Amazônia Ocidental. Só por isso, já é possível dizer que o Acre, parte dessa Amazônia, é a simbiose e a multiplicidade de territórios, que pôde, pela perseverança e coragem, construir uma territorialidade ímpar, onde brasileiras e brasileiros se fizeram acreanas e acreanos e onde essas e esses se fizeram brasileiras e brasileiros.

O herói Plácido de Castro contou com uma gama de outras e outros heróis, anônimos que fizeram de suas vidas a esperança e a vontade de construírem um lugar melhor, um território que lhes pertencesse.

Contudo, após a vitória de Plácido de Castro e seus soldados, bem como da diplomacia brasileira, com o extraordinário trabalho do Barão do Rio Branco, o sistema de aviamento não cessou. Pelo contrário, perdurou por mais de 70 anos, vezes mais enfraquecido pela crise a partir de 1913 e pelo enfraquecimento após a retomada na Segunda Guerra Mundial, com a “Batalha da Borracha”, vezes mais intensificada. A estrutura sócio-espacial e econômica pouco foi alterada.

Cem anos de história, contudo, fazem-se de sofrimentos e alegrias.

A perda da hegemonia da produção da borracha da Amazônia brasileira deu-se alguns anos após o contrabando de aproximadamente 70 mil sementes de seringueira, ainda quando perdurava a hegemonia inglesa no capitalismo, pretensamente concorrencial. Essa é uma lição importante hoje, quando em pauta está a defesa da biodiversidade da Amazônia.

Em meio às crises da borracha, contudo, mulheres e homens, em alguma medida desterritorializados de seu chão, foram, aos poucos, produzindo uma identidade com um território que, a princípio, mostrava-se “selvagem” – o “paraíso perdido”, como buscou demonstrar Euclides da Cunha.

Mas não o fizeram só: mesmo com as “correrias” contra índias e índios, os que primeiro fizeram daquelas terras a sua morada, as diversas nações indígenas foram transgredindo a “ordem” – e o “progresso” – e, com uma resistência espetacular, participam das gentes do Acre. A “ordem” e o “progresso” do outro, de fora, não servia e não serve às índias e índios. A constituição do território acreano, felizmente, possibilitou a reconstituição, mesmo que parcial, dos territórios imemoriais indígenas. E sabemos que ainda há muito por fazer. Temos um compromisso e um dever social com as nações indígenas, mas chega de projetos impostos. A autonomia e a autodeterminação devem prevalecer.

O Acre foi-se fazendo com as suas gentes. Antes, nordestinas e nordestinos, hoje acreanas e acreanos. Antes, índias e índios, hoje índias e índios do Acre. Mas, do Norte brasileiro, também mulheres e homens foram se chegando, assim como do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul.

De uns lugares, mais, de outros lugares, menos, brasileiras e brasileiros foram fazendo parte de um lugar. Aliás, de lugares, pois é impossível falar do Acre, muito menos da Amazônia, como um bloco monolítico único e igual. A Amazônia e o Acre são os seus lugares diversos.

No Acre, o leste acreano, permeado por uma malha rodoviária importante, que acelera as coisas e as gentes. Já no centro-oeste acreano, os rios ainda tomam a centralidade, em especial no “inverno amazônico”, quando as águas fazem das estradas e dos ramais linhas intransitáveis. Em um e outro ponto, contudo, a vida pulula. Mulheres e homens fazem do Acre o seu lugar.

Mulheres como a dona Doca, de São Pedro, vila entre Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, que, em descrição de um geógrafo da Universidade Federal do Acre, falava de sua vida no extremo oeste acreano. Mãe de mais de uma dezena de filhos seus e “mais duzentos e cinquenta filhos dos outros”, dizia. Parteira dos seringais, viu nascer centenas de filhas e filhos – partes dela, partes do Acre.

Mulheres como a dona Francisquinha, do “Pucalpa III”, às margens do rio Juruá, entre Porto Walter e Cruzeiro do Sul, que chegou ali no findar da Segunda Guerra Mundial: “Cheguei aqui dia doze de junho de 1944, às vésperas de Santo Antônio; eu não me lembro, quem contô foi a minha mãe. Nem casa tinha. Meu pai fez um taperzinho, enquanto minha mãe foi ajuntá lenha ao redor e fez uma fogueira pra Santo Antônio”.

Mulheres como a dona Maria da Glória, mãe do catraieiro Nonato – analfabeto das letras, mas “letrado” das coisas e gentes do rio. Dizia que o filho, morador de um dos bairros periféricos de Cruzeiro do Sul, “quando qué catraiaí, vai, quando não qué, fica aí”, porque ainda era solteiro. Com ela, por exemplo, é possível aprender a conjugar o verbo “catraiar”: eu catraio, tu catraias, ela ou ele catraia, nós catraíamos, vós catraiais, elas e eles catraiam.

Homens como o seu Francisco, morador de uma colocação próxima do rio Xipamano, já no interior do território boliviano. Chegou ao Acre em meados da década de 70; assim como a mãe, não quis vir e ainda sente saudades das vizinhança do Nordeste. Sua mãe “tem sua matéria enterrada aqui, morreu aqui,” Um “brasiviano”, nas palavras da professora de História da UFAC, Benedita Gomes Esteves.

Homens como o seu Manuel, assentado e seringueiro do Projeto de Assentamento Agroextrativista Porto Dias, que, com muita paciência e clareza, explicou a origem de um fio de cipó que descia do alto das

árvores, geralmente em mais de um ramo. O cipó, dizia ele, se formara pela morte da formiga tocandera, que, antes de morrer, subia até o alto das árvores, e o início de sua morte preconizava o limiar de sua transformação no cipó, sendo que suas pernas iam descendo, e os ramos se faziam verdes. Por isso, quando a tocandera picar, o líquido do cipó é o melhor remédio: “tocandera cipó, curando a picada da tocandera formiga”.

Homens como seu Maciel, que transita entre a sua casa na capital e a casa do filho em Manuel Urbano. “Soldado da borracha”, ainda planta milho e feijão no roçado entre a casa do filho e o rio Purus, em Manuel Urbano. Aprendeu as lidas da roça no Nordeste, mas agora é acreano.

Estas e estes, e muitas e muitos outros, participaram e participam da construção do território acreano. São territórios e identidades criadas e recriadas, aqui e ali, em todos os cantos e recantos do Acre.

Um território feito de partos e parteiras. De migrações e religiosidade. Da Ciência, com letra maiúscula, e das ciências do cotidiano das periferias, dos rios e dos igarapés. Da saudade e dos novos lugares. De *gentes* das cidades, do campo e da floresta. Da cidadania recrada no que chamamos hoje de florestania.

Um Estado com apenas 22 Municípios, como Santa Rosa do Purus, Jordão e Marechal Thaumaturgo, nos pontos mais distantes e difíceis do território acreano. Mas, todos eles, os 22 Municípios, os seus territórios, ainda detêm uma característica interessante: todos fazem limite com outros Estados – Amazonas ou Rondônia –, ou com outros países – Bolívia e Peru. Todos, mesmo a capital, *sem o querer*, têm, na sua constituição territorial, pedaços de fronteiras, sejam interestaduais ou internacionais. Muitos deles, como Mâncio Lima e Sena Madureira, têm tanto limites interestaduais quanto internacionais.

Corre, assim, em cada “sangue” de cada Município do Acre como um todo, um ímpeto fronteiriço. À primeira vista desagregador, tensional e conflituoso. Mas só à primeira vista.

O Acre – e uma rápida olhadela no mapa da América do Sul permitiria esta constatação –, encontra-se no “coração” sul-americano. Por isso, podemos ousar dizer que cabe a nós todos a construção de um novo “Tratado de Petrópolis”. Não para anexar ou desanexar territórios do Brasil, da Bolívia ou do Peru; mas, fundamentalmente, para a construção de um projeto supranacional, em torno das questões que envolvem a Amazônia.

A Amazônia brasileira é brasileira. Mas a Amazônia, a grande Amazônia, é sul-americana. Estados brasileiros, como também a Colômbia, a Venezuela, as Guianas e o Suriname – além dos já citados Bolívia e Peru – devem participar desse projeto em torno da Amazônia.

Como no caso do Acre, é impossível discutir a preservação de mananciais sem a participação da Bolívia e do Peru, uma vez que parte importante das vertentes dos rios Juruá, Purus e Acre, por exemplo, alojam-se neles. Ou a questão do desflorestamento, quando as políticas, entre o Acre e as Províncias de Pando e Madre de Dios, destoam em vários aspectos. O Acre não é uma ilha.

A “vocalização” acreana é, também, uma “vocalização” agregadora. Por isso, e muito mais, é importante o estabelecimento de uma política e projetos claros que envolvam os vários territórios. E esse pode ser um novo “tratado”, que respeite a diversidade e as diferenças, mas que, ao mesmo tempo, combata as desigualdades, a concentração de renda e as injustiças historicamente construídas e territorialmente difundidas.

É “empatando” que chegaremos lá. E isso aprendemos com as seringueiras e os seringueiros. E “empatar” não é travar, mas é dar voz e vez a todas e todos que fizeram e fazem do Acre e do Brasil os seus sonhos, as suas esperanças, nas angústias e nos momentos bons. Enfim, que fazem, ali, o seu lugar.

Terminar bem, aqui, é um bom começo para o início do segundo centenário do Tratado de Petrópolis. E o faremos com um *pedaço* da Literatura acreana. Em 1982, quando os primeiros ventos ecológicos sopravam sobre o Brasil, o então aluno da Universidade Federal do Acre, hoje poeta e professor, Muniz Penha, escreveu **Chão Ecológico**. Quase no final de seu livro, dedicou-se a narrar a fala de um homem do Acre, que acaba, de uma ou de outra forma, revelando um pouco de cada acreana e acreano, por nascimento ou por opção.

Eu fui um caboco sofrido que naci no meio do mato, ali eu creci e me casei, e tive seis “filhos” e dois já “morreu”. Meu pai era ciarense lá da serra de Sobral. Depois da seca de 1877, a terra num dava mais nada, o meu pai resolveu vim pra manáus, lá teve e depois vei pra cá.

Todo mundo dizia que aqui tinha fortuna e dava pra plantar tudo, então meu pai junto com meus irmãos, que era nove, vieram pra cá, e aqui eu nasci. (*sic*)

No Acre, nascemos e vivemos. Que bom!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero comunicar ao Plenário que o próximo orador inscrito seria o Senador Tião Viana. Mas, infelizmente, não teremos a oportunidade de ouvi-lo. S. Ex^a, que é o primeiro signatário do requerimento que determinou esta sessão, é o Relator da reforma da previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, por isso, não pôde estar presente a esta sessão, o que lamentamos.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exm^o Sr. Governador do Estado do Acre, Dr. Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA – Antes de mais nada, gostaria de registrar o meu contentamento, a minha emoção de, na condição de representante do povo acreano, estar recebendo o privilégio da Mesa Diretora do Senado da República do meu País, presidida pelo Presidente José Sarney e composta pelos demais membros, de poder fazer uso desta tribuna. Penso que é algo inédito na História do Acre e, para mim, um momento muito especial, porque é a primeira vez que estou tendo este privilégio. Por isso, faço questão de registrá-lo.

A História do Acre é uma história singular. Ela traz grande afinidade com a bravura do povo brasileiro, com o ímpeto de luta do povo brasileiro. Portanto, esta sessão também precisa ter o devido registro como algo fundamental para a nossa República e, de modo especial, para um dos entes desta República, que é o nosso querido Acre.

Queria dizer do meu contentamento de estar aqui – repito –, tendo na Presidência desta sessão o ex-Presidente da República do Brasil e Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, ladeado pelos Senadores Romeu Tuma e Geraldo Mesquita.

Também quero registrar a presença de ex-Governadores e ex-Senadores, como Jorge Kalume e Nabor Júnior, bem como a presença de ex-Parlamentares do Acre; das Deputadas e Deputados Federais do nosso Estado; dos Senadores do Acre; da Senadora e Congressista do nosso Estado vizinho, Rondônia; dos Srs. Embaixadores; e demais convidados ilustres.

A ocupação e posterior conquista da imensa floresta tropical onde se situa o Estado do Acre constitui-se numa aventura que pouco ou nada deixa a dever à aventura maior dos navegadores europeus que, cinco séculos atrás, entraram para a História pela ousadia de se lançarem ao mar em busca do desconhecido.

A exploração dos grandes rios em busca de suas cabeceiras deu sequência ao processo de exploração, iniciado 400 anos antes, alcançando os últimos confins do eldorado amazônico somente a partir da segunda metade do século XIX.

Começava, então, uma saga de milhares de nordestinos e de pessoas das mais diversas partes do mundo em busca da fortuna proporcionada pelo ouro branco, que jorrava generosamente do tronco das nossas seringueiras.

Era um novo mundo em gestação, que já nascia globalizado, conectado com os avanços tecnológicos da Revolução Industrial na Europa e nos Estados

Unidos, porque fornecia a borracha, que se constituía num de seus principais insumos.

Foi isso, Sr. Presidente, que provocou a cobiça internacional sobre a Amazônia. Podemos dizer que, por ironia do destino, o interesse internacional do grande capital pela Amazônia é tão antigo quanto o seu próprio processo de ocupação.

Em síntese, não temos medo nem da internacionalização nem da globalização. Para nós, esse é um assunto velho e antigo.

Enquanto todo esse processo se desenrolava, surgia no extremo oeste da Amazônia uma terra farta em borracha da melhor qualidade, rica em caça e totalmente inexplorada e aberta. Tratava-se de uma terra que, aparentemente, não tinha dono, apesar de as letras dos tratados afirmarem que eram terras bolivianas e peruanas não descobertas.

A grande seca de 1877 no nordeste brasileiro acelerou o processo migratório para essas terras fartas e ricas, tornando-as, de fato, domínio brasileiro.

Quando o governo boliviano pretendeu explorar o que era seu pelos tratados, a reação dos brasileiros do Acre foi imediata. Explodiu, então, a primeira insurreição, liderada por José Carvalho, fatalmente iniciada numa data mundial, Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1899. Entretanto, o Governo brasileiro não atendeu aos anseios daquela população isolada e continuou a afirmar que as terras pertenciam à Bolívia.

A nossa alternativa foi, então, como afirmou Galvez, um dos heróis acreanos: “já que a nossa Pátria não nos quer, criamos outra”. Assim surgiu o Estado independente do Acre. Dia 14 de junho de 1899, numa clara referência à memorável revolução francesa, que 110 anos antes havia mudado a face do mundo, a República do Acre nasceu, então, sob o signo da liberdade de cidadãos brasileiros, que não queriam mais do que o reconhecimento pela Pátria que os havia abandonado.

Mas novamente o Brasil negou a paternidade a esses seus filhos que, de armas nas mãos, lutavam contra o domínio estrangeiro. E o Brasil devolveu o Acre para a Bolívia e extinguiu a República do Acre.

Mas lutar era preciso. E a utopia acompanhava aqueles delirantes sonhadores que desejavam uma sociedade fraterna e libertária. Partiu assim – como aqui falava ainda há pouco para o presidente Sarney – uma das mais inusitadas expedições em busca de libertar o Acre. A Expedição Floriano Peixoto, que se tornou famosa e mais conhecida como Expedição dos Poetas, um grupo de sonhadores do Amazonas que resolveu fazer uma expedição para libertar o Acre. Obviamente, a expedição era forte em ideais, mas fraca em organização militar e domínio de tática

de combate. A expedição partiu e, como era de se esperar, também foi derrotada.

O domínio boliviano do Acre deu ensejo então à criação do Bolivian Syndicate, uma companhia de capital anglo-americano, que representava os interesses da França, Inglaterra, Estados Unidos, Holanda e Alemanha e que foi a mais ousada tentativa de internacionalizar a Amazônia brasileira, pois se propunha a arrendar essas terras por um prazo de 20 anos, com amplos direitos alfandegários e militares sobre a população que ali habitava.

Urgia resistir mais uma vez e, para comandar a luta, entrou em cena o caudilho, herói acreano e nacional, o gaúcho Plácido de Castro, que, com a experiência acumulada na Revolução Federalista do Sul, foi hábil em organizar seringueiros e pacificar seringalistas, criando o exército acreano.

Coube a esse exército de seringueiros enfrentar as tropas regulares do exército boliviano, levando a guerra até as últimas cabeceiras dos nossos rios, uma guerra verdadeira, com centenas de mortos de parte a parte, onde o terreno era disputado a cada palmo e cujo resultado parecia incerto. Mas falou mais alto a bravura dos brasileiros. A determinação daqueles que eram os legítimos donos desse território foi decisiva e nos trouxe a vitória.

A questão do Acre era então assunto do dia em todos os principais jornais do mundo. Manchetes alarmantes eram publicadas em Washington, Londres, Paris, Buenos Aires e Rio de Janeiro, ameaçando o equilíbrio do capitalismo industrial, que dependia quase que exclusivamente da borracha e de modo especial da borracha acreana.

A tudo isso assistia indiferente o governo brasileiro, inclusive aos reclames desta Casa, Senado da República, que naquela época reclamava e exigia uma solução favorável aos brasileiros do Acre.

Até que Rodrigues Alves, assumindo a Presidência da República, foi obrigado a reconhecer o absurdo da situação e modificou radicalmente a orientação de nossa diplomacia. Entrou em cena, então, o Embaixador José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, homem que reuniu todos os instrumentos necessários para solucionar o conflito nas terras acreanas.

Quase um ano de negociação foi necessário para celebrar o acordo que comemoramos nesta sessão. Um tratado complexo que envolvia o pagamento à Bolívia, permuta de terras, a construção de uma estrada de ferro, a Madeira Mamoré e a anulação da perigosa influência do Bolivian Syndicate. Esse tratado foi assinado em 17 de novembro de 1903, na cidade de Petrópolis, Rio de Ja-

neiro, e significou mais do que um simples acordo territorial: representou a vitória de um povo que fez toda sorte de sacrifícios para ser reconhecido como brasileiro.

Assim surgiu o Acre, a única região do nosso País em que seu povo foi à guerra para conquistar o direito de ser brasileiro.

É isso que dá total legitimidade a esta sessão solene. Estamos aqui reunidos para honrar a memória dos nossos antepassados e a sabedoria daquele homem que nos legou como sua maior obra o Tratado de Petrópolis, cuja assinatura completa 100 anos no próximo dia 17.

Somos acreanos com muito orgulho e nos sentimos honrados em afirmar que a nossa luta pelo reconhecimento e desenvolvimento com justiça social ainda não acabou.

Não faz muito tempo alguns de nossos principais líderes – aqui lembrados na figura de Osmarino Amâncio – estavam sendo assassinados simplesmente pelo fato de defenderem a nossa floresta e o nosso próprio modo de vida.

Chico Mendes é a expressão mais atual dessa luta que o povo acreano vem empreendendo há mais de 100 anos. Chico Mendes foi um líder que, tal como Plácido de Castro, soube usar a única arma que possuía, a sua voz, para externar ao mundo a importância da sustentabilidade das nossas florestas para os povos que nela habitam.

Na condição de representante do povo acreano, tendo a honra de governar o Acre nesse período tão especial do nosso centenário, nessa passagem de milênio e de século, gostaria de dizer neste momento, Presidente José Sarney e todos os demais Senadores e Senadoras presentes a esta sessão, que no próximo dia 17 de novembro estaremos comemorando no Acre os 100 anos da assinatura do Tratado de Petrópolis e da conquista do Acre como parte do Brasil.

Esta sessão é mais importante ainda por se dar no Senado Federal, a Casa que representa a igualdade entre os entes da Federação brasileira. E, no caso do nosso Estado, é brilhantemente representado pelos Senadores Sibá Machado, Geraldo Mesquita e Tião Viana, além, óbvio, da Senadora Marina Silva, hoje Ministra.

Registro, mais uma vez, como fez o Presidente desta sessão e desta Casa, a lamentável ausência do Senador Tião Viana, um apaixonado pela história do Acre e proponente desta sessão que hoje realizamos.

Encerro as minhas palavras conclamando todos os brasileiros a continuar defendendo a unidade do nosso País e dando a devida atenção a uma das regiões mais ricas do Planeta: a nossa Amazônia.

Felizmente, não somos mais um paraíso perdido, como descreveu de forma magistral um escritor apaixonado

pelo Acre, Euclides da Cunha. Felizmente não somos mais o paraíso perdido de Euclides da Cunha.

Com as nossas propostas de desenvolvimento sustentável e de florestania estamos redefinindo, a exemplo de nossos antepassados, o destino do Acre e da Amazônia.

Assim concluo, inspirado no dizer do poeta amazônico Tiago de Melo: Sr. Presidente José Sarney e senhores que participam desta sessão solene, agora o Acre não precisa mais buscar um novo caminho, como disse Tiago de Melo, mas sim uma maneira nova de caminhar. Viva o Acre brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de encerrar esta sessão, agradeço ao Sr. Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, pela presença e assinalo o quanto nos honra a presença, neste plenário, dos nossos ex-Senadores, representantes do Acre, Nabor Júnior, Jorge Kalume, Aluizio Bezerra. Agradeço ainda aos ex-Parlamentares e Parlamentares que aqui estão, senhoras e senhores, enfim, a todos os que honram esta solenidade.

Falar no Tratado de Petrópolis é falar do Acre, daquilo que o Senador Mesquita teve a oportunidade de chamar de epopéia. Os países que não pensam em seu passado têm dificuldade em vencer as vulnerabilidades do presente e, às vezes, incapacidade de desvendar e sonhar com as linhas do futuro.

A assinatura do Tratado de Petrópolis pôs fim ao primeiro conflito internacional com que se deparou o ministro Rio Branco. Foi um momento fundamental para nossa história diplomática, pois com ele se consolidou a linha mestra de nossa política externa, a da resolução dos problemas no âmbito das leis internacionais, da negociação, mas também da firme defesa dos interesses da Nação e dos brasileiros.

O caso do Acre se afastou dos outros problemas de fronteira do Brasil, quase todos conduzidos pelo pulso firme do Barão, ainda antes de assumir o gabinete da rua Larga. Nos outros casos, tratava-se de defender direitos históricos, ameaçados por interpretações de tratados, por uma ação sobre o nosso território vinda de nossos vizinhos. Fora assim no caso do Amapá, em que Rio Branco tivera a extraordinária vitória de 1º de dezembro de 1900, quando o Conselho Federal Suíço arbitrara que o Vicente Pinzon era o Oiapoque, pondo fim às esperanças francesas de terem o acesso aberto ao Amazonas.

O caso do Acre, sem dúvida alguma, começa a nascer quando se discute a navegabilidade, a navegação internacional do rio Amazonas, sobretudo. O acesso ao rio Amazonas, como uma área de navegação internacional, começa então a despertar a cobiça estrangeira sobre os nossos vastos territórios. Com a descoberta da

borracha, então, isso se torna muito mais agudo, podemos dizer assim, e o sonho do Acre brasileiro também se começa a definir muito mais firme e definitivo.

Tratava-se de assegurar os direitos sobre um produto essencial, em crescente demanda pelos mercados americanos e europeus. Por volta de 1850 a navegação do Amazonas se fazia somente com barcos a velas, quando os portos brasileiros, inclusive o de Belém, eram dominados pelos vapores. Só em 1854 o Imperador autorizou Mauá a criar a companhia de navegação a vapor. O nosso ministro em Washington, Sérgio Teixeira Macedo, avisava: “A pretensão do governo americano de fazer explorar por sua conta, e por seus engenheiros e naturalistas, o rio Amazonas, suas margens e seus tributários, envolve como consequência necessária a pretensão de obter a livre navegação deles para a sua bandeira.”

Havia, é claro, base na tese do direito de navegação dos países a montante do rio, Equador, Peru e Bolívia. Mas esta reivindicação era baseada em fatos artificiais, já que as regiões amazônicas dos três países eram completamente selvagens, sem qualquer exploração relevante. E, como assinalava o visconde de Uruguai, em suas instruções ao Barão de Penedo – homem extremamente experiente, que, durante mais de 30 anos, tinha sido Embaixador do Brasil em Londres e que foi amigo de Rio Branco –, enviado ao Peru e à Bolívia, “os rios e suas margens são do domínio da nação em cujo território se acham”. E acrescentava, constatando que o fato era um pretexto para a internacionalização da navegação, ou seja, para o que faria “desaparecer a nossa nacionalidade, a nossa língua, e a nossa raça seria substituída”.

O quadro que se sucedeu foi, no entanto, a da ocupação do território boliviano por brasileiros, sobretudo nordestinos, e, entre estes, sobretudo cearenses. Foram estes que, sob o comando de homens como João Gabriel de Carvalho e Melo, penetraram no grande vazio – as regiões altas de Purus e Juruá eram quase desconhecidas – estabelecido pelos tratados de Madrid e Santo Ildefonso: “...por uma linha de leste a oeste em tal altura que fique repartindo por igual aquelas terras desconhecidas...”

Aconteceu então o quadro que Euclides da Cunha observou na síntese definitiva: “em menos de trinta anos, o Estado, que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem limites, para sudoeste, definiu-se de chofre, avançando-se aos primeiros pontos de nosso desenvolvimento econômico.”

Em 1898, o ministro D. José Paravicini aplicou, durante alguns meses, o que chamavam de *artigo 44*, em menção ao rifle usado para instaurar a soberania boliviana. Foi o motivo para começar, no Amazonas mas também no Rio de Janeiro, uma verdadeira comoção popu-

lar. Pouco depois um grupo de brasileiros dá uma demonstração de que a força não é o caminho, e expulsa o cônsul boliviano em Puerto Alonso. No ano seguinte a viagem da canhoneira americana Wilmington até Iquitos, no Peru, acirra os ânimos. Um repórter do *Comércio do Amazonas*, Luís Galvez, dá o próximo passo: proclama, a 14 de julho de 1899, a República do Acre.

A mensagem que *mandam* a Campos Sales é clara: “Brasileiros, na sua quase totalidade – Galvez, como todos sabem, era espanhol –, os habitantes do Acre, o seu proceder lhes foi ditado pela condição triste que ficaram, de perder a sua pátria primitiva. Entre o Brasil e a Bolívia não podiam vacilar e já que não podiam ser brasileiros, resolveram não ser bolivianos.” Seguem-se os primeiros episódios militares.

E então, como os oradores tiveram a oportunidade de ressaltar, quando pareceu que o Acre ficaria, de certo modo, abandonado pelo Brasil, houve uma verdadeira comoção nacional, que não foi localizada somente no Acre ou no Amazonas, por aqueles que participavam das lutas, mas em todo o Brasil, que estava solidário com o Acre.

O Governador Jorge Viana falou do desembarque da Expedição dos Poetas, que foram, na sua inocência, derrotados. Governador, os poetas nunca são derrotados, porque os sonhos que eles semeiam, os sonhos que eles sonham são sonhos eternos, que se realizarão um dia. Aquela missão que foi derrotada cumpriu seu papel, pois até hoje está sendo citada aqui entre aqueles que, por meio da luta, foram determinantes da libertação do Acre.

Mas a verdadeira reação boliviana não foi, na verdade, boliviana. Formou-se, na tradição do colonialismo fim de século, uma companhia de investimento, uma “chartered company”, o *Bolivian Syndicate*, uma corporação multinacional, a cooptação do território do alto Amazonas pelo capitalismo internacional. Movimentam-se os grandes diplomatas brasileiros nos centros das decisões: Assis Brasil, nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco, em Londres, Rio Branco, em Berlim. Surge, em Xapuri, Plácido de Castro.

Lúcido, Plácido constata o problema em poucas linhas: “[o *Bolivian Syndicate*] era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos, desde então, a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensinaria aos poderosos Estados Unidos o emprego de força e a nossa desgraça seria em breve consumada.” A Revolu-

ção Acreana é a resposta da população brasileira do Acre que desmonta a conspiração internacional.

Conspiração que não se limitava somente à *chartered company* de colonização do Acre. Devemos nos lembrar que, no Século XIX, fora constituída uma empresa chamada *Amazon River Corporation*, que se destinava à exploração da Amazônia. E, quando os navios chegaram para entrar na Amazônia, os habitantes de Belém do Pará não deixaram que o navio penetrasse. Quando, hoje, se diz que nós brasileiros queremos devastar a Amazônia, o que nós brasileiros temos de responder é que fomos nós, brasileiros, que evitamos que essas companhias exploradoras devastassem a Amazônia, como o capitalismo internacional fez nas florestas da Ásia, nas florestas africanas e em todas as outras grandes florestas úmidas do mundo.

Quando Presidente da República, tive oportunidade de ressaltar isso, quando o Presidente Bush – e falo do Bush pai, não do filho – certa vez me falou sobre a Amazônia, dizendo-lhe que nós brasileiros éramos os que mais estávamos preocupados com a Amazônia e que tínhamos cumprido a obrigação, que era nossa, de preservar a Amazônia e que, se hoje o mundo se preocupava com a Amazônia, era porque os brasileiros havíamos mantido a Amazônia até hoje preservada. E nós vamos continuar preservando a ecologia, conservando a Amazônia e tendo a Amazônia livre da cobiça internacional.

No Rio de Janeiro, recém-chegado, Rio Branco, o novo chanceler, traz o assunto para o terreno da negociação. A 3 de fevereiro de 1903 telegrafia à Bolívia: “...não podemos concordar em que ali penetrem tropas ou autoridades da Bolívia. Dos três litigantes, Bolívia, Peru e Brasil, é a este que melhor cabe a ocupação ad-

ministrativa provisória desta parte do território contestado, atenta à nacionalidade de sua população.”

O caminho que ele indicará ao Presidente Rodrigues Alves e implementará é o da troca de territórios, seguida de uma compensação financeira pela diferença.

Era o que comunicava a 10 de novembro: “As principais cláusulas são as que Vossa Excelência conhece, mas algumas sofreram, a muito custo, modificações vantajosas para nós. [...]A extensão territorial que, pela retificação de fronteiras, passa à Bolívia, ficou muito reduzida. [...]O total que daremos à Bolívia será, pois, de uns 3.100 ou 3.200 quilômetros quadrados, ou, excluindo a água, uns 2.500 km².” Recebia em troca, o Brasil, o território do atual Estado do Acre.

Celebramos, portanto, dois momentos fundamentais da formação do Brasil. Por um lado, o Acre se torna Brasil, e a população do Acre volta à pátria. Por outro lado, assenta-se, definitivamente, a política externa brasileira. Brasil e Acre, assim, hoje, nesta Casa, se comemoram conjuntamente. Todos nós, reunidos, relembremos o passado, para, mais uma vez, consolidar o presente e sonhar o nosso futuro, como sonharam os poetas que desembarcaram no Acre.

Antes de encerrar a sessão, quero dizer que os presentes e o Governador vão aceitar os cumprimentos de todos os que aqui se encontram, ao som do Hino do Acre, que será executado em seguida.

(Procede-se à execução do Hino do Estado do Acre.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 04 minutos.)

Ata da 18ª Sessão Conjunta, em 12 de novembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Inocêncio Oliveira

*ÀS 13 HORAS E 11 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES, NO PLENÁRIO
DO SENADO FEDERAL, OS SENADORES:*

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Pe-

res – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

E OS SRS. DEPUTADOS:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Alceste Almeida	PMDB	
553 - Almir Sá	PL	PL/PSL
002 - Dr. Rodolfo Pereira	PDT	
003 - Francisco Rodrigues	PFL	
004 - Luciano Castro	PL	PL/PSL
005 - Maria Helena	PPS	
007 - Pastor Frankem Bergen	PTB	
008 - Suely Campos	PP	
Presentes Roraima: 8		
AMAPÁ		
017 - Antonio Nogueira	PT	
009 - Coronel Alves	PL	PL/PSL
010 - Davi Alcolumbre	PDT	
012 - Dr. Benedito Dias	PP	
014 - Eduardo Seabra	PTB	
015 - Hélio Esteves	PT	
016 - Janete Capiberibe	PSB	
536 - Valdenor Guedes	PSC	
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
019 - Anivaldo Vale	PSDB	
018 - Ann Pontes	PMDB	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
021 - Babá	PT	
027 - José Priante	PMDB	
029 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
032 - Raimundo Santos	PL	PL/PSL
035 - Vic Pires Franco	PFL	
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
Presentes Pará: 13		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PPS	
037 - Carlos Souza	PL	PL/PSL

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
036 - Francisco Garcia	PP	PL/PSL
041 - Humberto Michiles	PL	
042 - Lupércio Ramos	PPS	
043 - Pauderney Avelino	PFL	
039 - Silas Câmara	PTB	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes Amazonas: 8		
RONDONIA		
044 - Agnaldo Muniz	PPS	PL/PSL
047 - Anselmo	PT	
045 - Confúcio Moura	PMDB	
048 - Eduardo Valverde	PT	
013 - Hamilton Casara	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Miguel de Souza	PL	
046 - Nilton Capixaba	PTB	
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
052 - Henrique Afonso	PT	PL/PSL
053 - João Correia	PMDB	
549 - João Tota	PL	
054 - Júnior Betão	PPS	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Ronivon Santiago	PP	
059 - Zico Bronzeado	PT	
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
061 - Darci Coelho	PFL	PL/PSL
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
062 - Homero Barreto	PTB	
063 - Kátia Abreu	PFL	
064 - Maurício Rabelo	PL	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Pastor Amarildo	PSC	
066 - Ronaldo Dimas	PSDB	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
068 - Antonio Joaquim	PP	PL/PSL
070 - César Bandeira	PFL	
073 - Clóvis Fecury	PFL	
071 - Costa Ferreira	PSC	
074 - Dr. Ribamar Alves	PSB	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - Luciano Leitoa	PSB	
077 - Neiva Moreira	PDT	
079 - Paulo Marinho	PL	

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
081 - Terezinha Fernandes	PT	
084 - Wagner Lago	PP	
551 - Washington Luiz	PT	
Presentes Maranhão: 17		
CEARÁ		
089 - Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
091 - Antonio Cambraia	PSDB	
092 - Ariosto Holanda	PSDB	
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Bismarck Maia	PSDB	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
541 - Gonzaga Mota	PSDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	
093 - João Alfredo	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Léo Alcântara	PSDB	
100 - Leônidas Cristino	PPS	
522 - Manoel Salviano	PSDB	
550 - Mauro Benevides	PMDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	
106 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	
104 - Roberto Pessoa	PL	PL/PSL
105 - Rommel Feijó	PTB	
107 - Vicente Arruda	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	
Presentes Ceará: 22		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSDB	
111 - B. Sá	PPS	
112 - Ciro Nogueira	PFL	
114 - Júlio Cesar	PFL	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
115 - Moraes Souza	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	
118 - Paes Landim	PFL	
116 - Promotor Afonso Gil	PDT	
555 - Simplicio Mário	PT	
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
119 - Álvaro Dias	PDT	
120 - Carlos Alberto Rosado	PFL	
121 - Fátima Bezerra	PT	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO NORTE		
124 - Iberê Ferreira	PTB	
122 - Nélcio Dias	PP	
126 - Ney Lopes	PFL	
125 - Sandra Rosado	PMDB	
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		
127 - Adauto Pereira	PFL	
130 - Carlos Dunga	PTB	
132 - Enivaldo Ribeiro	PP	
543 - Inaldo Leitão	PL	PL/PSL
131 - Lúcia Braga	PT	
133 - Luiz Couto	PT	
542 - Marcondes Gadelha	PTB	
259 - Philemon Rodrigues	PTB	
540 - Ricardo Rique	PL	PL/PSL
136 - Wellington Roberto	PL	PL/PSL
137 - Wilson Santiago	PMDB	
Presentes Paraíba: 11		
PERNAMBUCO		
144 - Armando Monteiro	PTB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	
140 - Eduardo Campos	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	
156 - Joaquim Francisco	PTB	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	PFL	
150 - José Múcio Monteiro	PTB	
151 - Luiz Piauhyllino	PTB	
161 - Marcos de Jesus	PL	PL/PSL
139 - Miguel Arraes	PSB	
154 - Osvaldo Coelho	PFL	
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB	
148 - Paulo Rubem Santiago	PT	
153 - Pedro Corrêa	PP	
155 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	
163 - Ricardo Fiuza	PP	
158 - Roberto Freire	PPS	
159 - Roberto Magalhães	PTB	
160 - Severino Cavalcanti	PP	
Presentes Pernambuco: 23		
ALAGOAS		
162 - Benedito de Lira	PP	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	
164 - Helenildo Ribeiro	PSDB	
169 - José Thomaz Nonô	PFL	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	

	Partido	Bloco
ALAGOAS		
170 - Rogério Teófilo	PPS	
Presentes Alagoas: 6		
SERGIPE		
172 - Bosco Costa	PSDB	
176 - Cleonânicio Fonseca	PP	
173 - Heleno Silva	PL	PL/PSL
177 - João Fontes	PT	
175 - Jorge Alberto	PMDB	
178 - Machado	PFL	
179 - Mendonça Prado	PFL	
Presentes Sergipe: 7		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	
183 - Aroldo Cedraz	PFL	
186 - Claudio Cajado	PFL	
184 - Colbert Martins	PPS	
187 - Coriolano Sales	PFL	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	PFL	
191 - Félix Mendonça	PFL	
194 - Fernando de Fabinho	PFL	
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB	
185 - Gerson Gabrielli	PFL	
195 - Guilherme Menezes	PT	
196 - Jairo Carneiro	PFL	
198 - João Almeida	PSDB	
524 - João Carlos Bacelar	PFL	
199 - João Leão	PL	PL/PSL
192 - Jonival Lucas Junior	PTB	
202 - José Carlos Aleluia	PFL	
197 - José Carlos Araújo	PFL	
203 - José Rocha	PFL	
200 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	PFL	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PFL	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Milton Barbosa	PFL	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	PFL	
212 - Pedro Irujo	PL	PL/PSL
211 - Reginaldo Germano	PFL	
213 - Robério Nunes	PFL	
215 - Severiano Alves	PDT	
218 - Walter Pinheiro	PT	

	Partido	Bloco
BAHIA		
216 - Zelinda Novaes	PFL	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 39		
MINAS GERAIS		
220 - Athos Avelino	PPS	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	PFL	
521 - Carlos Mota	PL	PL/PSL
222 - Carlos Willian	PSC	
225 - César Medeiros	PT	
527 - Cleuber Carneiro	PFL	
228 - Custódio Mattos	PSDB	
227 - Dr. Francisco Gonçalves	PTB	
231 - Edmar Moreira	PL	PL/PSL
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
232 - Eliseu Resende	PFL	
233 - Fernando Diniz	PMDB	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
235 - Herculano Anghinetti	PP	
531 - Ibrahim Abi-Ackel	PP	
237 - Isaías Silvestre	PSB	
238 - Ivo José	PT	
240 - Jaime Martins	PL	PL/PSL
239 - João Magalhães	PMDB	
242 - João Magno	PT	
246 - João Paulo Gomes da Silva	PL	PL/PSL
241 - José Militão	PTB	
249 - José Santana de Vasconcellos	PL	PL/PSL
250 - Júlio Delgado	PPS	
245 - Lael Varella	PFL	
251 - Leonardo Mattos	PV	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PL	PL/PSL
254 - Marcello Siqueira	PMDB	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
262 - Mário Assad Júnior	PL	PL/PSL
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair	PT	
256 - Osmânio Pereira	PTB	
270 - Patrus Ananias	PT	
257 - Paulo Delgado	PT	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
263 - Ronaldo Vasconcellos	PTB	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	
268 - Silas Brasileiro	PMDB	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Medioli	PSDB	
Presentes Minas Gerais: 50		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Feu Rosa	PP	
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	
275 - Manato	PDT	
277 - Marcelino Fraga	PMDB	
278 - Marcus Vicente	PTB	
280 - Neucimar Fraga	PL	PL/PSL
279 - Nilton Baiano	PP	
281 - Renato Casagrande	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
286 - Almerinda de Carvalho	PMDB	
283 - Almir Moura	PL	PL/PSL
287 - André Luiz	PMDB	
292 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
532 - Carlos Nader	PFL	
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PT	
297 - Deley	PV	
294 - Dr. Heleno	PP	
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
307 - Eduardo Paes	PSDB	
301 - Elaine Costa	PTB	
296 - Fernando Gabeira	PT	
528 - Fernando Gonçalves	PTB	
304 - Fernando Lopes	PMDB	
299 - Francisco Dornelles	PP	
539 - Itamar Serpa	PSDB	
302 - Jair Bolsonaro	PTB	
303 - Jandira Feghali	PCdoB	
293 - João Mendes de Jesus	PSL	PL/PSL
310 - Jorge Bittar	PT	
305 - José Divino	PMDB	
306 - Josias Quintal	PMDB	
308 - Juíza Denise Frossard	PSDB	
309 - Julio Lopes	PP	
311 - Laura Carneiro	PFL	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
314 - Lindberg Farias	PT	
313 - Luiz Sérgio	PT	
315 - Maria Lucia	PMDB	
316 - Moreira Franco	PMDB	
318 - Nelson Bornier	PMDB	
320 - Paulo Baltazar	PSB	
321 - Paulo Feijó	PSDB	
319 - Reinaldo Betão	PL	PL/PSL
325 - Renato Cozzolino	PSC	
323 - Roberto Jefferson	PTB	
322 - Rodrigo Maia	PFL	
326 - Sandro Matos	PTB	
327 - Simão Sessim	PP	
328 - Vieira Reis	PMDB	
Presentes Rio de Janeiro: 45		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	
333 - Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
329 - Amauri Robledo Gasques	PRONA	
340 - Angela Guadagnin	PT	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
344 - Celso Russomanno	PP	
339 - Cláudio Magrão	PPS	
345 - Corauci Sobrinho	PFL	
348 - Delfim Netto	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
356 - Dr. Evilásio	PSB	
358 - Dr. Hélio	PDT	
349 - Dr. Pinotti	PFL	
350 - Durval Orlato	PT	
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA	
353 - Enéas	PRONA	
357 - Gilberto Kassab	PFL	
354 - Gilberto Nascimento	PMDB	
360 - Iara Bernardi	PT	
355 - Ildeu Araujo	PRONA	
359 - Ivan Valente	PT	
362 - Jamil Murad	PCdoB	
363 - Jefferson Campos	PMDB	
335 - João Batista	PFL	
364 - João Herrmann Neto	PPS	
361 - João Paulo Cunha	PT	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
367 - José Mentor	PT	
368 - Jovino Cândido	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
372 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
375 - Luiz Carlos Santos	PFL	
376 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
371 - Luiza Erundina	PSB	
377 - Marcelo Ortiz	PV	
378 - Marcos Abramo	PFL	
526 - Mariângela Duarte	PT	
373 - Medeiros	PL	PL/PSL
380 - Michel Temer	PMDB	
374 - Milton Monti	PL	PL/PSL
381 - Nelson Marquzezelli	PTB	
379 - Neuton Lima	PTB	
382 - Orlando Fantazzini	PT	
530 - Paulo Kobayashi	PSDB	
383 - Paulo Lima	PMDB	
384 - Professor Irapuan Teixeira	PRONA	
388 - Professor Luizinho	PT	
385 - Ricardo Izar	PTB	
391 - Roberto Gouveia	PT	
386 - Robson Tuma	PFL	
533 - Rubinelli	PT	
387 - Salvador Zimbaldi	PTB	
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PP	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
394 - Vanderlei Assis	PRONA	
395 - Vicente Cascione	PTB	
396 - Vicentinho	PT	
397 - Walter Feldman	PSDB	
398 - Zulaiê Cobra	PSDB	
Presentes São Paulo: 67		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Celcita Pinheiro	PFL	
403 - Pedro Henry	PP	
401 - Ricarte de Freitas	PTB	
402 - Rogério Silva	PPS	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
406 - Welinton Fagundes	PL	PL/PSL
404 - Wilson Santos	PSDB	
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	PTB	
411 - Jorge Pinheiro	PL	PL/PSL

	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
409 - José Roberto Arruda	PFL	
412 - Sigmaringa Seixas	PT	
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	
414 - Tatico	PTB	
525 - Wasny de Roure	PT	
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
416 - Barbosa Neto	PSB	
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
421 - Leonardo Vilela	PP	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
423 - Neyde Aparecida	PT	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PL	PL/PSL
430 - Vilmar Rocha	PFL	
Presentes Goiás: 16		
MATO GROSSO DO SUL		
434 - Antonio Cruz	PTB	
435 - Geraldo Resende	PPS	
433 - João Grandão	PT	
436 - Murilo Zauith	PFL	
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 6		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	PFL	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
556 - Airton Roveda	PMDB	
442 - André Zacharow	PDT	
443 - Assis Miguel do Couto	PT	
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PL	PL/PSL
453 - Colombo	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
460 - Dra. Clair	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PFL	
466 - Giacobbo	PL	PL/PSL
450 - Gustavo Fruet	PMDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
451 - José Borba	PMDB	

	Partido	Bloco
PARANÁ		
452 - José Janene	PP	PL/PSL
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB	
456 - Max Rosenmann	PMDB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PP	
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	
464 - Oliveira Filho	PL	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
467 - Paulo Bernardo	PT	
465 - Ricardo Barros	PP	
518 - Selma Schons	PT	
469 - Takayama	PMDB	
Presentes Paraná: 28		
SANTA CATARINA		
471 - Adelor Vieira	PMDB	PL/PSL
476 - Carlito Merss	PT	
544 - Edison Andrino	PMDB	
479 - Gervásio Silva	PFL	
472 - Ivan Ranzolin	PP	
473 - João Matos	PMDB	
474 - João Pizzolatti	PP	
475 - Jorge Boeira	PT	
480 - Leodegar Tiscoski	PP	
481 - Luci Choinacki	PT	
482 - Paulo Afonso	PMDB	
483 - Paulo Bauer	PFL	
529 - Serafim Venzon	PSDB	
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 15		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Alceu Collares	PDT	PL/PSL
488 - Ary Vanazzi	PT	
489 - Augusto Nardes	PP	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
495 - Eliseu Padilha	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
496 - Érico Ribeiro	PP	
519 - Francisco Appio	PP	
497 - Francisco Turra	PP	
498 - Henrique Fontana	PT	
514 - José Ivo Sartori	PMDB	
499 - Júlio Redecker	PSDB	
502 - Kelly Moraes	PTB	
506 - Luciana Genro	PT	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	
520 - Milton Cardias	PTB	

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
507 - Nelson Proença	PPS	
510 - Onyx Lorenzoni	PFL	
511 - Orlando Desconsi	PT	
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB	
512 - Pastor Reinaldo	PTB	
513 - Paulo Pimenta	PT	
505 - Pompeo de Mattos	PDT	
515 - Tarcísio Zimmermann	PT	
516 - Yeda Crusius	PSDB	
Presentes Rio Grande do Sul: 27		

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – As listas de presença acusam o comparecimento de 81 Senadores e 483 Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há sobre a mesa parecer que passo a ler.

É lido o seguinte

PARECER Nº 104, DE 2003–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 042, de 2003-CN (nº 1.359/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 805, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram referente ao Relatório da Inspeção realizado pela Secex/TO, nos dias 7 e 8-5-2003, na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, objetivando verificar a execução das obras referentes à “Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária/Construção do Aeroporto de Palmas, no estado do Tocantins” (TC nº 006.886/2003-0)”.

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 042, de 2003-CN (nº 1.359/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 805, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram referente ao Relatório da Inspeção realizado pela Secex/TO, nos dias 7 e 8-5-2003, na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, objetivando

verificar a execução das obras referentes à “Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária/Construção do Aeroporto de Palmas, no estado do Tocantins” (TC nº 006.886/2003-0)”.

As obras objeto do presente aviso apresentaram indícios de irregularidades graves apontados em fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União. A auditoria foi realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins – Secex/TO, que motivou a inclusão da obra no Quadro VII anexo à LOA/2002, nos termos do art. 12, caput, que assim mencionou: “Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.”.

II – Voto do Relator

Trata-se de obra que visou a construção do Aeroporto de Palmas, que já foi totalmente concluída, tendo custado R\$91.134.508,45.

A obra não está incluída no quadro de obras com indícios de irregularidades graves anexo à LOA/2003. O Decreto Legislativo nº 93/2002, do Congresso Nacional, excluiu este programa de trabalho do Quadro VII da LOA/2002. Além disso, o TCU, por meio do Acórdão nº 805, de 02107/2003, deliberou em:

“9.1 – encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, às Presidências

do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando-lhes que as obras referentes à 'Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária/Construção do Aeroporto de Palmas, no Estado de Tocantins' Programa de Trabalho nº 23.695.0631.1058.0002, foram concluídas em 5-10-2001, encontrando-se em plenas condições de funcionamento, e que o pagamento ao Consórcio Aeropalmas, referente à fatura do último boletim de medição da obra, ocorreu em 7-2-2003, não restando pendência sobre o empreendimento nem quaisquer irregularidades,"

Em face do exposto, voto por que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 042, de 2003 do Congresso Nacional, e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de setembro de 2003. – Deputado **Oswaldo Coelho**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Primeira Reunião Ordinária, em 29 de outubro de 2003 Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Oswaldo Coelho ao Aviso nº 042/2003-CN, relativo a obras de Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária – Construção do Aeroporto de Palmas, no estado do Tocantins, com voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento do referido aviso e determine o seu arquivamento.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, João Ribeiro, Segundo Vice-Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Meres, Carlos Nader, Cezar Silvestri, Cláudio Cajado, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Dr. Rosinha, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilmar Machado, Homero Barreto, Humberto Michiles, Ildeu Araujo, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, João Tota, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Pimentel, Jovair

Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leonardo Maftos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Machado, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Milton Monti, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Bernardo, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Suas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 29 de outubro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Oswaldo Coelho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O parecer lido vai à publicação e será feita a devida comunicação ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2003–CN

Requer a criação de Comissão Mista de Inquérito, destinada a investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de "pardais". Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 Senadores e 13 Deputados para, até o dia 15 de dezembro, apurar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento das multas por infrações de trânsito, aferidas por meios eletrônicos, mais comumente conhecidos como pardais".

Justificação

No que tange à aplicação de multas por infração de trânsito aferidas por meio eletrônico, considerando as inúmeras e constantes reclamações dos usuários das rodovias e vias públicas, urge uma imediata, profunda e completa investigação dos fatos e das causas que lhe dão origem, que somente poderá ser levada a efeito, no âmbito do Poder Legislativo, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

As atividades fiscalizadora, aplicadora de pena, regulamentadora e julgadora não devem ser realizadas pelas empresas terceirizadas com autonomia ilimi-

tada, que, em alguns casos, passaram a atuar em flagrante desrespeito ao princípio da presunção de inocência e sem a observância do devido processo legal.

Em conseqüência da forma como vem sendo conduzida a atividade terceirizada de fiscalização de trânsito, pouco transparente e distante da presença estatal, um volume enorme de recursos tem sido apresentados pelos contribuintes perante as comissões avaliadoras, com reclamações das mais diversas, que vão desde a má qualidade técnica dos equipamentos em funcionamento e a falta de exame do Imetro, até a estranha coincidência da intensificação na aplicação de multas durante o período de relicenciamento dos veículos.

Ademais, acrescente-se que não há uma sinalização padronizada e adequada, que possam ofere-

cer condições mínimas de Segurança física e certeza jurídica aos condutores de veículos automotores.

Enquanto isso, proliferam as “empresas” especializadas em fabricar recursos, que nem sempre seguem o melhor direito, acabando por transferir responsabilidades a condutores inocentes.




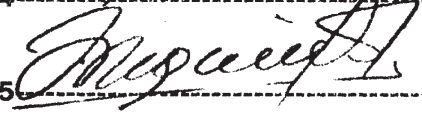

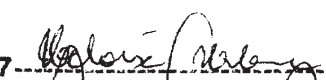
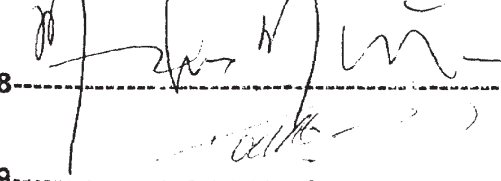


A par desses fatos da maior gravidade, que estão vitimando o contribuinte indefeso, impõe-se que o Congresso Nacional, no uso de suas competências legislativa e fiscalizadora, institua; a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que ora se requer, a fim de investigar, de forma cabal, essa ‘Indústria de multas’, apurando-se as responsabilidades e que, ao final, sejam restauradas a moralidade, legalidade e justiça, com a implementação da mudança legislativa que o contribuinte precisa e está a exigir.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2003.

Senador AELTON FREITAS

Deputado SANDRO MABEL

Senadores:

- | | | |
|----|---|-------------------------|
| 2 |  | Djalmair PA |
| 3 |  | - DF |
| 4 |  | Epitácio Paes - AP |
| 5 |  | Reginaldo Duarte - CE |
| 6 |  | Sílvia Mielles - AC |
| 7 |  | Heloisa Helena - AL |
| 8 |  | Magno Malta - ES |
| 9 |  | Manoel de Oliveira - GO |
| 10 |  | Marcelo Vilela - GO |

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O documento lido contém o número constitucional de subscritores.

Para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito assim constituída a Presidência fará, oportunamente, as designações, de acordo com as designa-

ções, de acordo com as indicações que receber das respectivas Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência recebeu, em época oportuna, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte


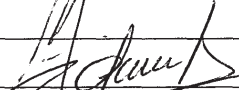

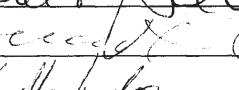
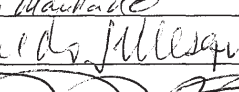

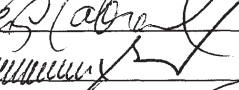
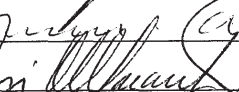
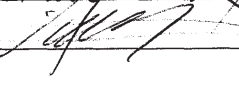
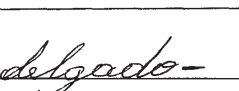
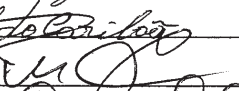
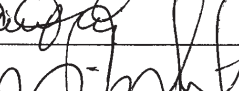
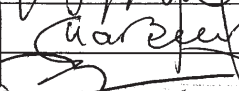

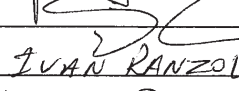
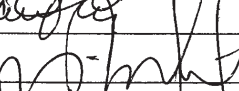
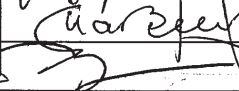

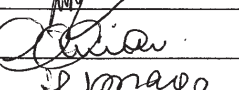
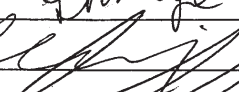

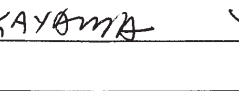





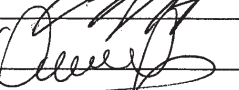

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2003–CN

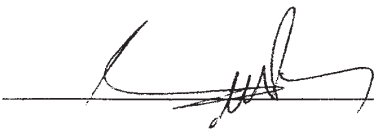
A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 02/2003 – CN, “*com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*”, em conformidade ao Art. 58, § 3º da Constituição, combinado com o Art. 21 do Regimento Comum, e tendo em vista a continuidade dos trabalhos desta CPMI, que investiga situações de exploração sexual em diversos Estados da Federação, aprovado mediante Requerimentos em Reuniões desta Comissão, atendendo aos anseios da sociedade brasileira quanto às investigações do fato determinado a que se destina esta CPMI, e, conforme Requerimento nº 02/2003-CN, aprovado em 14.05.2003, solicita a prorrogação do prazo para término dos trabalhos, para o dia 30 de junho de 2004, viabilizando dessa forma a continuidade das atividades desenvolvidas pela Comissão.

Sala das Sessões, em ~~12~~ de novembro de 2003.

1 *Patrícia Saboga Gomes*
2 *Valde*
3 *E. R. ...*
4 *...*
5 *...*
6 *...*
7 *...*
8 *...*
9 *...*
10 *...*
11 *...*
12 *...*
13 *...*
14 *...*
15 *...*
16 *...*

DEMOSTEVES
RODOLPHO TOUZHNO.
EDUARDO AZEREDO
Berguine Roberto Duarte
Guilherme Corrêa
Valmir Amaral
JOE JERFERNON PEREL
FÁTIMA CREIDE
VALDIR P. P. P.
Mário Santos
Poppeio Paes
JANUÁRIO
Durvaldo Leite
Horacio Costa



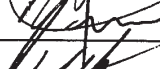


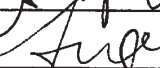
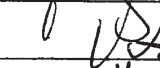
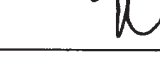
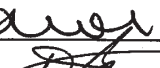



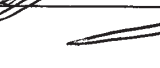

17		Flávio Arnus	
18		ROSEANA SARNEY	
19		LUIZ OTÁVIO	
20		Arilton Freitas	
21	Roberto Seleg	ROBERTO SATURNINO	
22		GARIBALDI ALVES	
23	João Machado	SIBÁ MACHADO	
24	João de Deus	GERALDO MESQUITA	
25		JOÃO DE DEUS	ALBERTO
26		SÉRGIO CABRAL	
27		FERNANDO BEZERRA	
28		MARIA DO CARMO	
29		JOSE MARANHÃO	
30		PAULO PAIM	
31			
32			
1	João delgado-	 - MG	323-PPS
2	Giuliano Barilley	 - AL	732-PSB
3		IVAN RANZOLIN	601
4		MENDES R. FILHO	222
5		GONZAGA PATRIOTA	480
6		MAURO BENEVIDES	210
7		ALBERTO FRAGA	321
8		JOSIAS	534 547
9		PF. IRAPUAN	513
10		FATIMA BEZERRA	213
11		Sab 692	LUCIA BORG
12		JOÃO MAGALHÃES	211
13			
14	JOSIAS GOMES		701
15	TAKAYAMA		945
16			

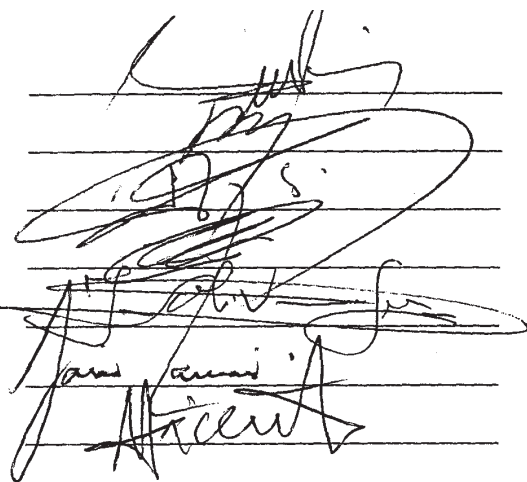


SIMPLICIO MARIO - PT-PZ

1 Celata Linhares
2 Devaris Ribeiro
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14

Sessões/em


 537
 438
 662
 267
 217
 815
 327 + 727
 513
 504
 556
 962
 515
 633



SIMPLICIO MARIO - PT-PZ

NILTON MORAES - PT/PA 376
Norma Silva - PPS-MT 289
Leandro Vilela Barbosa - CO
José Divino PMDB-RJ
JAIR CARNEIRO - PFL-BA
Marcos Vicente - PTB/ES

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Silvana Frossard
 Silvana Frossard
 Silvana Frossard

CARLOS MELES 243
 DIMAS ROMALHO 638
 CHICO DA PRINCESA 633
 CLIVEIA FICHO - 635
 DENISE FROSSARD 330
 LUIZ COUTO ATIB 442
 ROMEU QUEIROZ 253
 LUCIANA GENRO 203

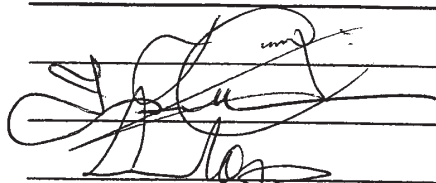
[Handwritten signature]
 Gualdo Leal - 445/446
 EDUARDO GABOSA
 FRANCISCO LUIZ

Fae. Bernhard


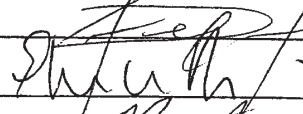
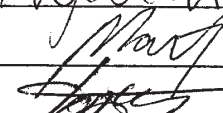
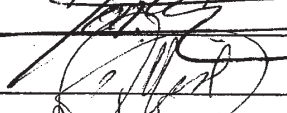
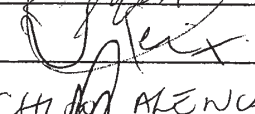
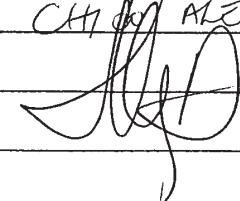
[Handwritten signature]
 DRA. CLAIR
 NEYDE APARECIDA
 COLLETTA
[Handwritten signature]
[Handwritten signature] 845

[Handwritten signature] - 416
[Handwritten signature] - 905
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature] 372
[Handwritten signature] 360
[Handwritten signature] 352
[Handwritten signature] 568
[Handwritten signature] 469
[Handwritten signature] 638
[Handwritten signature] 328
 LUIZ EDUARDO GREENHALGH
 ALEXANDRE N. FONSECA 626

João Campos - 315
ISAIA SILVEIRA P38
Jimmy Hoj

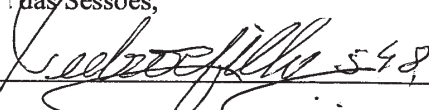
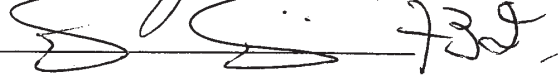


NEUCIMAR FRATTA PUES
Jandira Feghal
EDUARDO PAES
Leonardo Motto
Paulo R. Barros
Oscaris Kienow
PROFA RAQUEL TEIXEIRA
Chico Ferreira
Marionela Duarte

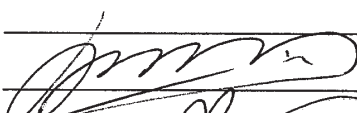



 537
 206
CHICO ALENCAR 848
 371

...ovau
...o dia 30 d
das pela Con
das Sessões,

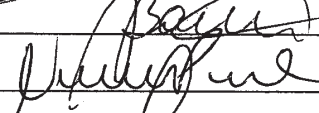
PASTOR PEDRO RIBEIRO
CEILVARDO CAMBARA

 548
 732

WELITON FAQUEDE

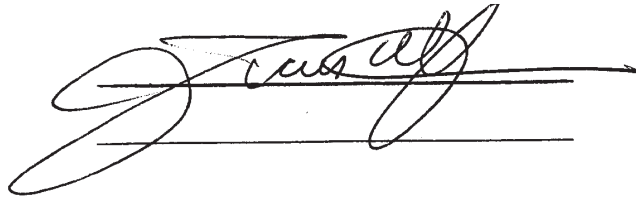
 523

Wilton Pinto

 733

MARCOS QUINTELA

 527

IVAN RANZOLINI PP/SC

MARINHA RAUPP
Eduardo Bahia

Raupp - 614
435

IVAN VALENTE - PT/SP

SIGMARINHA SELVAS PT/DF
Baba

X-ito
Miguel
Miguel

- 1 Zeguinha Yamilho
- 2 Ilum, Silva
- 3 J. Veliz
- 4 Osvaldo Reis.
- 5 Corio and Sales.
- 6 Lino de Silva
- 7 Colmeio MOURA
- 8 Lino de Silva
- 9 Lino de Silva
- 10 Lino de Silva
- 11 Lino de Silva

Sessões:

Raupp 823
Hilary 350
Hilary 734
Chalchany 835
Hilary 832
Hilary 923
Hilary 940
Hilary 384
Hilary 484
Hilary 262

[Handwritten signatures and scribbles]

SIMPLICIO MARIO - PT-PE

NILTON MORAES - PT/AC 376

Rogério Silva PPS-MT 289
Nelson Tied

George Ralphyte

CARLOS ABICALA PT/MT

Nair de Almeida Sob. 310

Antonio Albuquerque PT/PA

Henrique Moura PT/AC

Prof. Irupuan Teixeira 513

VICTOR FRANKENBERG 577

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Rose de Freitas passa a participar, na qualidade de Suplente, da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência designa a Sr^a Deputada Rose de Freitas, como suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zezéu Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Murilo Zauith. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia, em seguida inscrevo V. Ex^a, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero aproveitar a oportunidade das breves comunicações, para cobrar algumas questões que são relevantes em relação ao Governo Federal.

Primeiro, Sr. Presidente, nos últimos dias foi preso um Juiz, em São Paulo, que disse que teria as fitas do Santander no seu arquivo. Penso que cabe a todos nós, no Parlamento, cobrar se de fato essas fitas existem. É uma questão grave que requer a preocupação de todos nós. A imprensa já divulgou, por parte do Governo, esquemas montados pelo PT para a eleição, de arapongas para cá e arapongas para lá, e o juiz deu a informação, nos documentos que foram apreendidos pela polícia. Acho que cabe ao Governo uma explicação ao Congresso Nacional.

Aproveito, uma vez que estamos em uma sessão do Congresso, Sr. Presidente, para cobrar do Governo também a manutenção desse duro ajuste fiscal que permanecerá pelo próximo ano. O Governo, quando aumentou o superávit fiscal esse ano para 4.25%, na nossa avaliação, tinha uma justificativa

plausível, que era a crescente inflação do final do ano passado que se estendia para esse ano e que gerava uma receita inflacionária que não permaneceria pelo ano seguinte, o que obrigaria o Governo aumentar o seu superávit para garantir o mesmo resultado proporcional aos 3.75 ou 3.5. A manutenção dos 4.25 com uma taxa de inflação projetada na casa de 6% vai gerar, com certeza, a manutenção dos recursos disponíveis do Governo para a garantia de uma relação dívida/PIB, que estaria mantida com um superávit fiscal menor, porque o grande problema do Governo é a manutenção dessa relação dívida/PIB.

Hoje, Sr. Presidente, creio que o Brasil tem uma poupança externa muito baixa. O País necessita da poupança externa e precisa, também, dos recursos do Governo para investimentos que, infelizmente, não estão acontecendo neste ano e, também, não acontecerão no Orçamento do PT no próximo ano. O Orçamento do próximo ano é todo do PT. O Governo fez o seu acordo com o FMI, apesar de tê-lo sempre criticado. Havia, aqui, Deputados do PT, na Oposição, que carregavam a bandeirinha anti-FMI. Tudo bem; eles acham importante ter um cheque especial para qualquer tipo de problema que venha ocorrer; até porque o Brasil tem de receitas líquidas um volume muito baixo, tão baixo como era em 1992. As reservas líquidas não passam da ordem de 16 bilhões, sem contar com os recursos do atual acordo. Infelizmente, o Governo foi obrigado a realizar esse acordo que o PT sempre rejeitou. Mas a questão do superávit fiscal é fundamental para que o Governo possa reavaliar o superávit de 4.25 e implementar um superávit de 3.5, que é completamente razoável para atender a intenção do Governo, como falei, de manter a relação dívida/PIB e que nós possamos ter recursos para que este País volte a crescer.

Sr. Presidente, infelizmente, o Governo, em vez de criar instrumentos para o desenvolvimento do País, está aumentando cada vez mais o gargalo, os problemas. A Reforma Tributária aumenta a carga tributária e ainda foi editada a Medida Provisória nº 135. Hoje o Deputado Pauderney Avelino, na Comissão de Finanças, conseguiu a aprovação do convite ao Sr. Ministro Antonio Palocci, para discutir com o Congresso essa medida provisória absurda, que vai aumentar a carga tributária de vários setores, principalmente o setor de serviços. E não é nenhum tipo de previsão, mas a prática.

Fez-se o mesmo com o PIS no final do ano. Aumentou-se a carga tributária; acabou com a cumulatividade, ótimo, mas a carga tributária aumentou de forma recorde.

Então, Sr. Presidente, como estamos discutindo a questão orçamentária, a questão dos investimentos, a questão do superávit fiscal é um ponto fundamental. Que o Governo entenda que é preciso uma revisão na projeção, porque, como está, infelizmente garantirá um crescimento tímido para o próximo ano.

Com as dificuldades, com os problemas que o Governo cria com relação às agências reguladoras, o setor externo não terá boa vontade de investir no Brasil e a poupança externa brasileira, como disse, não passa dos 16%, é muito baixa. Nós precisamos que o Governo faça a sua parte, que tenha um orçamento claro, responsável, mas com uma margem maior de investimentos, para que possa desenvolver as regiões mais carentes do País e, principalmente, gerar empregos. O Presidente Lula prometeu gerar empregos e o que Sua Excelência tem gerado até agora, no Brasil, é apenas desemprego. Vamos terminar o ano com mais de um milhão de desempregados. Com a promessa de dez milhões, o Governo vai estar devendo para os próximos três anos onze milhões de empregos, são os dez milhões prometidos durante a campanha e um milhão gerados este ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, fizemos uma instalação, posso dizer, à força, da Comissão Mista da Medida Provisória nº 135. Mas, Sr. Presidente, o Governo, que tinha feito um acordo, por meio dos seus líderes, com os líderes da Oposição no Senado e na Câmara, simplesmente, esvaziou a Comissão.

Entendemos que as reuniões prévias para discutir o mérito das medidas provisórias são da mais alta relevância. Não podemos permitir que o novo rito, implementado com a Emenda Constitucional nº 32, seja desmoralizado ou continue esvaziado. Entendemos que aquele é o fórum adequado para a discussão prévia do mérito dessas medidas provisórias.

Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 135 traz uma questão que considero inconstitucional, porque avança em setores da economia do nosso País de forma voraz, tornando-se, portanto, uma espécie de

invasão nos caixas, nos bolsos dos prestadores de serviços. É confisco puro! Por isso, entendemos que devemos modificá-la.

Se o Estado quer, se o governo quer, se o povo quer, vamos reduzir a alíquota e definir a alíquota para a não-cumulatividade da Cofins. Isso não pode ser feito desta forma. Usa-se o PIS como laboratório, sem ter nenhum estudo técnico ou científico para elaborar a alíquota do PIS, anteriormente e muito menos agora, e aumenta-a de forma linear.

Portanto, Sr. Presidente, não somos contra a não-cumulatividade, somos contra a elevação da alíquota.

Como disse o Deputado Rodrigo Maia, aprovamos, hoje, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e devemos aprovar, se houver reunião, na Comissão de Orçamento, a convocação do Ministro Antonio Palocci para que explique a mágica do Governo para chegar aos 7,6%, porque já fizemos todas as contas e não conseguimos chegar a esse número.

Portanto, Sr. Presidente, sendo essa uma questão primordial, entendemos que o Ministro deva vir ao Congresso Nacional para dar as explicações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra a V. Ex^a como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi, com todo o respeito, o Líder Pauderney Avelino. O Governo, reiteradas vezes, não cumpre seus compromissos, as palavras que empenha. Ontem, por exemplo, na inauguração dos trabalhos de uma comissão que alvissareiramente iria funcionar, a Comissão Mista da Cofins, o Governo boicotou o **quorum**. E ele mesmo sugeriu o funcionamento da Comissão para descomprimir as relações entre Oposição e Governo. Diante de reiteradas falhas nos compromissos com as bancadas de Senadores, e lamentando não ouvir o Líder Walter Pinheiro, uma figura absolutamente admirável e coerente, que merece todo o respeito dos brasileiros, e tendo feito uma homenagem ao Deputado Pauderney Avelino, que tem a sua atuação aplaudida pelo seu Estado e pelo País, o PSDB pede verificação de

quorum.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sendo evidente a falta de **quorum**, a Presidência declara encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h e 25 minutos.)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko ⁽²⁹⁾	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. Eurípedes Camargo-DF ⁽⁵⁶⁾ (13)
Dalcídio Amaral (2) ⁽¹³⁾	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Sibá Machado
Magno Malta	5. Flávio Arns-PR ⁽⁵⁶⁾ ⁽²¹⁾
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aclton Freitas ⁽²⁾
Duciomar Costa	7. Fátima Cleide-RO ⁽⁵⁶⁾ ⁽²⁹⁾ ⁽²⁵⁾
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Amir Lando ⁽⁴⁸⁾ (20)	3. Romero Jucá (48) ⁽⁶⁾
Sérgio Cabral	4. Garibaldi Alves Filho ⁽²⁰⁾ ⁽¹²⁾
Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha ⁽⁵⁹⁾

* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

⁽²⁹⁾ Substituição da Sen. Heloísa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁵⁶⁾ Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

⁽¹³⁾ Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Dalcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²¹⁾ Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁾ Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aclton Freitas(s) em 23-4-2003-PT-SF.

⁽²⁵⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁴⁸⁾ Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

⁽⁶⁾ Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

⁽²⁰⁾ Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003- PMDB-SF.

⁽¹²⁾ Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

PFL	
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Moraes	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio

⁽⁵⁹⁾ Indicação do Sen. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

⁽⁵¹⁾ Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15 10 2003 PFL-SF.

(continuação da Composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PSDB	
Leonel Pavan ⁽³⁹⁾ ⁽¹⁴⁾ ⁽³⁰⁾	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. vago ⁽³⁹⁾
Sérgio Guerra	3. Teotônio Vilela ⁽¹⁵⁾
PDT	
Almeida Lima ⁽³²⁾	1. Augusto Botelho
PPS ^(*)	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes ⁽⁵⁸⁾

⁽³⁹⁾ Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³⁰⁾ O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³²⁾ Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁸⁾ Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO
Carlito Merss-SC	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT ⁽⁷⁾
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP ⁽⁷⁾
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Walter Pinheiro-BA
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS ⁽⁷⁾
PFL	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA ⁽⁶³⁾ ⁽⁵⁷⁾	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Gilberto Kassab-SP	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA ⁽⁶⁴⁾ ⁽⁵⁷⁾
Júlio César--PI ⁽¹⁰⁾	7. Marcos Abraão-SP
Machado-SE	8. José Roberto Arruda-DF ⁽³⁵⁾
Osvaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA ⁽⁴⁶⁾
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP ⁽²⁷⁾

⁽⁷⁾ Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

⁽⁶³⁾ Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽⁵⁷⁾ Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

⁽⁶⁴⁾ Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

⁽⁴⁶⁾ Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

⁽²⁷⁾ Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO ⁽¹⁷⁾	2. vago
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ ⁽⁵³⁾
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC ⁽¹⁾
Zé Gerardo-CE ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾	7. Silas Brasileiro-MG ⁽¹¹⁾
Darcísio Perondi-RS ⁽³³⁾ ⁽²³⁾ ⁽¹⁾	8. Waldemir Moka-MS ⁽²⁴⁾
Marcelino Fraga ⁽²⁸⁾	9. Wilson Santiago-PB ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾ ⁽³⁷⁾
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ ⁽⁵⁰⁾
Bismarck Maia-CE ⁽⁴³⁾	3. João Almeida-BA
Eduardo Gomes-TO ⁽⁴⁹⁾ ⁽¹⁹⁾	4. João Castelo-MA
Helenildo Ribeiro-AL	5. Manoel Salviano-CE ⁽³¹⁾ ⁽⁴⁵⁾
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dimas-TO ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE ⁽³⁴⁾
	(19)
PPB	

⁽¹⁷⁾ Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

⁽⁵³⁾ Indicação do Dep. José Divino(S), em 23-10-2003-PMDB-CD.

⁽¹⁾ Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

⁽¹¹⁾ Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

⁽³³⁾ Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

⁽²³⁾ Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

⁽²⁴⁾ Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

⁽²⁸⁾ Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 - PMDB-CD

⁽⁶⁰⁾ Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵²⁾ Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

⁽³⁷⁾ Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

⁽⁵⁰⁾ Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

⁽⁴⁹⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Dep Dr. Heleno pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

⁽³¹⁾ Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 - PSDB-CD.

⁽⁴⁵⁾ Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 - PSDB-CD

⁽⁸⁾ Desligamento do Dep. Osmânio Pereira(S), feita em 7-5-2003 - PSDB-CD.

⁽⁹⁾ Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 - PSDB-CD.

⁽³⁴⁾ Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 - PSDB-CD.

Francisco Dornelles-RJ ⁽⁵⁵⁾	1. Herculano Anghinetti-MG ⁽⁵⁴⁾ (5)
Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL ⁽⁶²⁾
Ricardo Barros-PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ ⁽⁶¹⁾ (36) (5)

⁽⁵⁵⁾ Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

⁽⁶¹⁾ Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

⁽³⁶⁾ Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

⁽⁵⁾ Substituições dos Deps. Cleonânio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO ⁽⁴⁷⁾	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE ⁽²²⁾ (3) (4)	5. Pedro Fernandes-MA
PL	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
PSB	
Dr. Evilásio-SP	1. Gonzaga Patriota ⁽¹⁶⁾
Alexandre Cardoso-RJ ⁽⁴⁰⁾	2. Beto Albuquerque-RS ⁽¹⁶⁾⁽⁴⁴⁾
Renato Casagrande-ES	3. (vago)
PPS	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Athos Avelino-MG
PDT	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES
PC do B	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO ⁽¹⁸⁾
Pastor Francisco Olímpio-PE ⁽³⁸⁾⁽⁴²⁾	2. Vanessa Grazziotin-AM ⁽⁴¹⁾
PRONA	
Amauri Robledo Gasques-SP ⁽²⁶⁾	1. Ildeu Araujo-SP
PV	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

⁽²²⁾ Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

⁽³⁾ Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

⁽⁴⁾ Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

⁽⁴⁰⁾ Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

⁽¹⁶⁾ Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁴⁾ Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

⁽¹⁸⁾ Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-PCdoB-CD.

⁽³⁸⁾ O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴²⁾ Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴¹⁾ Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003–PRONA–CD

PMN ^(*)	
Jackson Barreto-SE	l. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira
Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOI PHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

(1) Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

(2) O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

(3) Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

(4) Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

(5) Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

(6) Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

(7) Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

(8) Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

(9) Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

(10) Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

(11) Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS